O Vereador EDILBERTO DAS NEVES DE OLIVEIRA com a prerrogativa regimental que é conferida através do Art. 104, do Regimento Interno Câmara Municipal e Artigo 43 da Lei Orgânica Municipal, apresenta Projeto de Lei conforme abaixo:

PROJETO DE LEI 012/2026

Câmara Municipal de Lagoa Nova - RN
Aprovado na 7ª Sessão do 1º Periodo
de 09/04/26 com 09 votos a
Favor e 00 Contras.
Presidente

"DECLARA DE UTILIDADE PUBLICA O SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE LAGOA NOVA - SINTRAF".

O Prefeito Municipal de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das suas atribuições legais, **FAÇO SABER**, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu no uso das atribuições que me são conferidas, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecida de utilidade pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE LAGOA NOVA - SINTRAF, inscrita no CNPJ n° 14.869.768/0001-00, sem fins econômicos, com sede neste Município de Lagoa Nova/RN e dedicada as atividades socioculturais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário "Jose Jeronimo da Silva", da Câmara Municipal de Lagoa Nova/RN, 25 de março de 2026.

Lagoa Nova/RN, 25 de março de 2026

Vereador EDILBERTO DAS NEVES DE OLVEIRA
Autor do Projeto de Lei

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por finalidade reconhecer como de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Município de Lagoa Nova/RN, entidade civil de caráter associativo, sem fins lucrativos, que atua de forma relevante na defesa, organização e promoção dos interesses da agricultura familiar local.

A referida entidade possui papel fundamental no fortalecimento das políticas públicas voltadas ao campo, promovendo a organização social dos agricultores e agricultoras familiares de Lagoa Nova/RN, incentivando a produção sustentável, a melhoria das condições de trabalho, bem como a geração de renda e o desenvolvimento socioeconômico do município.

Conforme disposto em seu estatuto, a associação desenvolve ações voltadas à representação da categoria junto aos órgãos públicos e privados, além de promover iniciativas de capacitação, assistência técnica, articulação institucional e defesa de direitos, contribuindo diretamente para a valorização da agricultura familiar e para a promoção da cidadania.

Destaca-se, ainda, o relevante interesse público de suas atividades, especialmente no que tange à promoção do desenvolvimento rural sustentável, à inclusão social e ao fortalecimento da economia local, alinhando-se às diretrizes constitucionais de incentivo à organização social e ao associativismo.

O reconhecimento como entidade de utilidade pública permitirá à associação ampliar suas ações, firmar parcerias com o poder público e acessar instrumentos legais que potencializam sua atuação em benefício da coletividade no âmbito do Município de Lagoa Nova/RN.

Diante do exposto, resta evidente o interesse público nas atividades desempenhadas pela entidade, motivo pelo qual se justifica plenamente a aprovação do presente Projeto de Lei. Plenário "Jose Jeronimo da Silva", da Câmara Municipal de Lagoa Nova/RN, 25 de março de 2026.

Vereador EDILBERTO DAS NEVES DE OLVEIRA
Autor do Projeto de Lei

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Segurança Pública e da Defesa Social



Nome / Name
MARIA DO SOCORRO SANTOS SILVA

Nome Social / Social Name

Registro Geral-CPF / Personal Number
655.059.484-72

Sexo / Sex
F

Data de Nascimento / Date of Birth
29/09/1967

Nacionalidade / Nacionality
BRA

Naturalidade / Place of Birth
LAGOA NOVA/RN

Validade / Expiry
10/09/2035

Maria da Socorro Santos Silva

Assinatura do Titular / Cardholder's Signature

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Digitalizado com CamScanner



J130000092510

Filiação / Filiation
SEVERINA MARIA DOS SANTOS
ELENO ANTÔNIO DOS SANTOS

Órgão Expedidor / Card Issuer
INSTITUTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DE PERÍCIA - ITEP

Local / Place of Issue
LAGOA NOVA/RN

Emissão / Issue
10/09/2025

P-550

Assinatura do Expedidor / Card Issuer Signature
Marcela Aurila Ferreira Caldas
Diretora do Instituto de Identificação

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

LEI Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983

Digitalizado com CamScanner

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
14.869.768/0001-00 **Matriz**		**23/12/2011**

NOME EMPRESARIAL
SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE LAGOA NOVA RN

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
SINTRAF LAGOA NOVA	**DEMAIS**

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL	CPF	QUALIFICAÇÃO
MARIA DO SOCORRO SANTOS SILVA	**655.###.###-72**	**Presidente**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
9420-1/00 - Atividades de organizações sindicais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não consta

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
313-1 - Entidade Sindical

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
TOMAZ SILVEIRA	**421**	**CASA**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
59390000	**CENTRO**	**LAGOA NOVA**	**RN**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(84) 34372232

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
Ativa	**23/12/2011**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
*****	********

QUADRO DE SÓCIOS E ADMINISTRADORES (NÃO HÁ INFORMAÇÃO NA BASE DE DADOS DO CNPJ)

Código de autenticidade: **54014902d3fa99b7**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
COMARCA DE CURRAIS NOVOS
OFÍCIO ÚNICO EXTRAJUDICIAL DE LAGOA NOVA

CERTIDÃO ATÉ DEZ ANOS DO REGISTRO DE RCPJ

CERTIFICO que, a requerimento verbal de parte interessada, para fins de direito e em razão do meu ofício, revendo os arquivos desta Serventia Ofício Único de Lagoa Nova/RN, constatei a **existência do registro em RCPJ** do **Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar e Lagoa Nova/RN - SINTRAF**, sob **Registro nº 08 no livro A-1-RCPJ, fls. 168-197** em **25/04/2017**, apontado no Protocolo Livro A-1, sob o nº de ordem 015 em 25/04/2017, os atos transportados do 1º Cartório de Notas de Currais Novos/RN, conforme Certidão de Inteiro Teor, expedida em 12/04/2017, que menciona o registro do Estatuto e também a respectiva averbação da Ata da assembleia geral de fundação.

CERTIFICO constar no **R-2** no **Registro nº 08**, o registro do Estatuto Social datado de 20/07/2018, feito no **Livro A-6-RCPJ, fls. 232/258** em **26/07/2018.**

CERTIFICO constar no **AV-3** no Registro nº 08, averbação feita no **A-6-RCPJ, fls. 259/263** em **26/07/2018**, do arquivamento da Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada aos 20 dias do mês de julho de 2018, para deliberarem sobre a reforma do estatuto social, por solicitação do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

CERTIFICO constar no **AV-4** no Registro nº 08, averbação feita no **Livro A-14-RCPJ, fls. 174/181** em **24/09/2025**, do arquivamento da Ata de Assembleia Geral Extraordinária para Eleição e Posse e Renovação da Diretoria Executiva do SINTRAF/LN, realizada aos 26 de janeiro de 2020, para um mandato de quatro anos, de 26/01/2020 a 26/01/2024.

CERTIFICO constar no **AV-5** no Registro nº 08, averbação feita no **Livro A-14-RCPJ, fls. 182/189** em **23/09/2025**, do arquivamento da Ata de Assembleia Geral Extraordinária para Eleição e Posse e Renovação da Diretoria Executiva do SINTRAF/LN, realizada aos 27 de janeiro de 2024, para um mandato de quatro anos, de 27/01/2024 a 27/01/2028.

Nada mais continha o referido assento.
O referido é verdade, dou fé.

Lagoa Nova/RN, 29 de setembro de 2025.

Jaedson José dos Santos
Escrevente autorizado

Poder Judiciário do RN
Selo Digital de Fiscalização
Normal
RN02500952570014822JCG
Confira em: https://selodigital.tjrn.jus.br/

CARTÓRIO MADEIRA
3º OFÍCIO DE NOTAS
CURRAIS NOVOS-RIO GANDE DO NORTE

JOATAN FRANCISCO DE OLIVEIRA, Oficial do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, por nomeação legal, na forma da lei, etc.

C E R T I D Ã O

CERTIFICO, a pedido verbal de parte interessada, para fins de direito e em razão do meu ofício, que revendo neste Cartório, consta que **nesta data**, foi Protocolado sob o nº **160 e** registrado no livro **A-XXVII,** Registro Civil das Pessoas Jurídicas, às fls. **168/192**, sob o numero de ordem **846**, do Estatuto Social do **SINDICATO DOS TRABALHDORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE LAGOA NOVA-RN,** com sede no município de Lagoa Nova-RN.

O referido é verdade; dou fé.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE
Selo de Autenticidade
ANOREG-RN
CERTIDÃO
ABA 004915

CARTÓRIO MADEIRA
TERCEIRO OFÍCIO DE NOTAS
CURRAIS NOVOS - RIO GRANDE DO NORTE
RUA JOÃO ALFREDO, 360 - CENTRO
FONE-FAX: (84) 3431-1244

Currais Novos, 23 de dezembro de 2011

Joatan Francisco de Oliveira
Oficial do Registro

DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO DA EO

Eu, Maria do Socorro Santos Silva, portador de documento de identidade, RG nº 001.069.033, expedido por ITEP/RN, e do CPF nº 655.059.484-72, brasileira, casada, aposentada (agricultora familiar), residente e domiciliada na Rua Professor Raimundo de Freitas, nº 118, Assentamento José Milanez, CEP: 59390-000, Lagoa Nova/RN. Dirigente máximo e representante legal do SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE LAGOA NOVA-RN, com sede na Rua Tomaz Silveira, nº 421, centro, CEP: 59.390-000, Lagoa Nova/RN, inscrita no CNPJ nº 14.869.768/0001-00, **DECLERO**, sob as penas da lei, que:

I – o objeto social da EO vincula-se às características das linhas de atendimento voltadas à provisão subsidiada de unidades habitacionais novas e à melhoria habitacional em áreas rurais, integrantes do Minha Casa, Minha Vida – MCMV Rural;

II – a EO não se enquadra como clube recreativo, associação de servidores ou congênere;

III – não existem dividas da EO com o Poder Público e a EO não está inscrita nos bancos de dados públicos ou privados de proteção ao crédito;

IV – a EO não consta de cadastros impeditivos de receber recursos públicos; e

V – a EO não consta de cadastros restritivos dos agentes financeiros do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR e do MCMV Rural.

Ofício Único Lagoa Nova/RN

Lagoa-RN, 24 de outubro de 2025.

Maria do Socorro Santos Silva

SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE LAGOA NOVA-RN

Maria do Socorro Santos Silva

Presidente

Ofício Único do Município de Lagoa Nova
Rua Nozinho Felipe, 56, Centro - CEP 59390-000
(84) 3437-2654

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
MARIA DO SOCORRO SANTOS SILVA

Selo Digital: RN202500952570015.64TQR
Confira a autenticidade em http://selodigital.tjrn.jus/selo
27 de Outubro de 2025 - 10:18:57

JAEDSON JOSE DOS SANTOS
AUXILIAR DE CARTÓRIO

BA 1013898

DECLARAÇÃO SOBRE VEDAÇÕES À HABILITAÇÃO DA EO

Eu, Maria do Socorro Santos Silva, portador de documento de identidade, RG nº 001.069.033, expedido por ITEP/RN, e do CPF nº 655.059.484-72, brasileira, casada, aposentada (agricultora familiar), residente e domiciliada na Rua Professor Raimundo de Freitas, nº 118, Assentamento José Milanez, CEP: 59390-000, Lagoa Nova/RN. Dirigente máximo e representante legal do SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE LAGOA NOVA-RN, com sede na Rua Tomaz Silveira, nº 421, centro, CEP: 59.390-000, Lagoa Nova/RN, inscrita no CNPJ nº 14.869.768/0001-00, **DECLERO**, sob as penas da lei, que a EO e seus dirigentes são se submetem as seguintes vedações:

I – Que não esteja regulamente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

II – qu esteja omissa no dirigente, colaborador, inclusive o respectivo cônjuge ou companheiro, conforme relação encaminhada a essa instituição financeira;

a) Agente político dos Poderes Executivos, Legislativo e Judiciário ou do Ministério Público e dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
b) Empregado público vinculado à Caixa Econômica Federal, ao Banco do Brasil ou a qualquer instituição que venha a constituir-se em agente financeiro dos programas e linhas de atendimento habitacionais do Ministério das Cidades; ou
c) Servidor ou empregado público do Ministério das Cidades ou com assento no Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviços – CCFGTS, Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social – CCFDS e Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – CGFNHIS;

IV – Que tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se:

a) For sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;
b) For reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;
c) A apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

V – Que tenha sido punida com as seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

a) Suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

b) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;
c) Suspensão temporária em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
d) Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c";

VI – Que tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos oito anos;

VII – que tenha entre seus dirigentes pessoa:

a) Cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos oito anos;
b) Julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; e
c) Considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Ofício Único Lagoa Nova/RN

Lagoa-RN, 24 de outubro de 2025.

Maria do Socorro Santos Silva

SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE LAGOA NOVA-RN

Maria do Socorro Santos Silva

Presidente

Ofício Único do Município de Lagoa Nova
Rua Nozinho Felipe, 56, Centro - CEP 59390-000
(84) 3437-2654

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
MARIA DO SOCORRO SANTOS SILVA

Selo Digital: RN20250095257001516 4TQR
Confira a autenticidade em http://selodigital.tjrn.jus.br/selo
27 de Outubro de 2025 - 10:18:57
JAEDSON JOSE DOS SANTOS
AUXILIAR DE CARTÓRIO
BA 1013899

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DISSOCIAÇÃO E FUNDAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE LAGOA NOVA/RN REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2011.

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de Novembro de 2011 (dois mil e onze), às 15h00min horas, na Quadra de Eventos da Churrascaria Brisa da Serra, à Rua Santa Rita, S/N, Distrito Manoel Domingos, zona Rural, Lagoa Nova/RN, em conformidade com o Edital de convocação publicado no dia 11 (onze) de Novembro simultaneamente, no DOU (Diário Oficial da União) e no Jornal Diário de Natal, de circulação diária regional na respectiva base de representação pretendida, reuniram-se em Assembléia Geral de Dissociação e Fundação, trabalhadores e trabalhadoras da categoria da Agricultura Familiar, nos termos da lei 11.326/06, do município de Lagoa Nova/RN para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1. Aprovação da Dissociação da categoria dos Agricultores Familiares da representação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Nova/RN. 2. Aprovação da fundação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (SINTRAF) de Lagoa Nova/RN; 3. Aprovação dos seus Estatutos sociais; 4. Eleição, apuração e posse da sua Direção e seu Conselho Fiscal; 5. Fixação das mensalidades sociais e demais contribuições para o custeio da referida nova entidade; 6. Autorização para a mesma subscrever a fundação ao ratificação da fundação da FETRAF-RN. As 15h00min horas, a Srª. Maria do Socorro Santos Silva, CPF: 655.059.484-72, agricultora e presidente da Comissão Pró-fundação do supracitado SINTRAF, abriu a assembléia saudando a todos e convidou o Sr. João Alves Galvão, CPF: 154.916.254-34 e a Srª Raimunda

GRAFSET

Vanessa de Freitas Félix, CPF: 079.289.754-40, ambos membros do grupo que assessorou a referida Comissão, para respectivamente, presidir e secretariar a mesa de direção dos trabalhos, no que consultou o plenário sobre tal composição e obteve sua aprovação por aclamação. Assim, o Presidente da mesa fez a leitura do edital de convocação e passou aos dois primeiros itens da ordem do dia, conforme se lê acima. Com breves palavras falou sobre a consolidação social da categoria da Agricultura Familiar e seu reconhecimento legal pelo advento da Lei 11.326/06, sobre o direito dos agricultores familiares se dissociarem da categoria eclética de trabalhadores rurais e sobre a importância de um Sindicato específico da Agricultura Familiar, visto que a constituição de uma Entidade própria trará mais benefícios à categoria, representando unicamente seus anseios mais legítimos. A seguir disponibilizou a palavra ao plenário para dúvidas e opiniões. Após amplo debate e esclarecimentos, o plenário se manifestou em condições de votar, o que foi feito por aclamação, tendo sido a proposta aprovada por unanimidade dos presentes. Com o resultado foi declarada, em Lagoa Nova/RN, dissociada a categoria específica da agricultura familiar derivada a categoria eclética dos trabalhadores rurais, até então representada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Nova/RN, e foi declarado fundado o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (SINTRAF) do município de Lagoa Nova/RN, ou SINTRAF de Lagoa Nova/RN. Prosseguindo na ordem do dia, o Presidente da Mesa passou ao

terceiro item, o estatuto social da nova entidade. Para este tema, solicitou que a Secretária da Mesa fizesse a apresentação da proposta estatutária, a qual foi colocada em votação e foi aprovada por aclamação unânime dos presentes. Seguindo entendimento em comum, Mesa e Plenário decidiram passar o quarto item da ordem do dia - eleição, apuração e posse da Direção e do Conselho Fiscal do SINTRAF - para ser o último ponto debatido e deliberado pela assembléia. Por conseguinte, pôs-se em discussão o quinto item da ordem do dia: os mensalidades sociais. Então, o Presidente da Mesa consultou o plenário sobre propostas de fixação de mensalidade social e demais contribuições para o custeio do SINTRAF. A plenária debateu e formulou uma proposta que, apresentada e colocada em votação, por aclamação, foi aprovada por unanimidade. Ficando, assim, fixada a mensalidade social em 2% (dois por cento) do salário mínimo vigente, sendo repassada mensalmente pelo sócio ao Sindicato até o décimo dia do mês vencido. Em seguida passou ao sexto item de pauta da assembléia a autorização para a nova entidade subscrever a fundação ou ratificação da fundação da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte (FETRAF-RN). Devidamente esclarecido sobre a importância de se constituir uma representação própria da agricultura familiar também a nível estadual, a plenária aclamou por unanimidade que o SINTRAF de Lagoa Nova/RN será um dos sindicatos singulares que fundará ou ratificará a fundação da FETRAF-RN. Por último, pautando o quarto item da ordem do dia, o Presidente da Mesa esclareceu a Plenária sobre

GRAFSET

o papel da Direção e do Conselho Fiscal da Entidade, como também sobre suas composições e tempo de mandato, conforme o Estatuto anteriormente aprovado. Feitos os escarecimentos o Presidente concedeu 30 (trinta) minutos aos presentes para formulação de propostas de chapa. Vencido o prazo, os trabalhadores foram retomados e uma única proposta de chapa, completa foi apresentada à mesa. A pedido do Presidente, a Secretária da Mesa fez a leitura da proposta de chapa. O presidente da Mesa a Plenária se havia restrição a qualquer um dos membros e não havendo foi colocada a proposta em votação por aclamação, tendo sido aprovada por unanimidade dos presentes. Com o resultado foi declarada eleita e empossada, para um mandato de 04 (quatro) anos, iniciando-se na data de hoje, 26 (vinte e seis) dias do mês de Novembro de 2015 (dois mil e onze) e encerrando-se no dia 26 (vinte e seis) dias do mês de novembro de 2015 (dois mil e quinze), a seguinte composição para a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal do SINTRAF de Lagoa Nova/RN: DIRETORIA EXECUTIVA (efetivos): I. Presidente: Maria do Socorro Santos Silva, CPF 655.059.484-72; II. Coordenador de Secretaria e Organização: Maria Magnólia dos Santos Araújo, CPF 074.384.874-82; III. Coordenador de Finanças e Administração: Joaton Inácio da Cruz Campelo, CPF 027.999.354-04; IV. Coordenadora de Mulheres: Almira Firmino de Medeiros, CPF 030.420.464-84; V. Coordenador de Terceira: Nicolia Alves de Lima, CPF 301.264.104-10; DIRETORIA EXECUTIVA (suplentes): Tamara Jucione de Araújo Santos, CPF 085.000.474-88; Raimunda Vanessa de Freitas Felix, CPF 079.289.754-40; e Eliene

Cassimiro de Farias, CPF. 032.311.534-92; CONSELHO FISCAL (efetivos): Terezinha Rodrigues de Araújo, CPF 937.197.364-15; Maria Evania de Carvalho Alves, CPF 020.983.954-69 e Francisco das Chagas da Silva, CPF 064.233.334-91; CONSELHO FISCAL (suplentes): Marcilda Cruz Albino de Oliveira, CPF 042.380.024-82; Paula Maria da Silva Oliveira, CPF 009.045.984-97; e José Ferreira dos Santos Neto, CPF. 490.378.384-72, todos residentes e domiciliados no município de Lagoa Nova/RN. Nada mais havendo a tratar, o presidente da Mesa agradeceu aos presentes e foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme, vai assinada por mim que Secretariei e pelo presidente da mesa e os 15 (quinze) membros da diretoria. Lagoa Nova/RN, 26 de novembro de 2011.

• Raimunda Vanessa F. Félix
Raimunda Vanessa de Freitas Félix
CPF - 079 289. 754 -40
Secretário da Mesa

• João Alves Galvão
João Alves Galvão
CPF - 154.916.254-34
Presidente da mesa

• Maria do Socorro Santos Silva
• Maria Magnólia dos Santos Araújo

Dr. Fábio Aurélio Bulcão
Advogado
OAB/RN - 4410 OAB/PE 4410-A
Advogado

• Alenina Ferreira de Medeiros
Maria Magnólia dos Santos Araújo
Francisca Luciene de Araújo Santos
• Nicélia Alves de Lira
• Francisco das Chagas da Silva
• Eliene Cassimiro de Farias

GRAFSET

x Terezinha Rodrigues de Araújo
Marilza ou Albina de Oliveira
Cícero Pedro da Silva Mateus
x Jorge Inácio da Cruz Campelo
Paula Maria da Silva Oliveira
x Maria Elvira de Carvalho Reis
x José Ferreira dos Santos Neto
x Raimunda Vanessa Freitas Félix

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
Registro Civil das Pessoas Jurídicas
Rua João Alfredo, 360 - Centro
Tele-Fax: 084-431-1244
APRESENTADO hoje para registro, apontado sob o nº. 159 do livro de Protocolo
REGISTRADO sob o nº 845, livro A-XXVII, fls. 165/167
O QUE CERTIFICO
Currais Novos-RN, 23 de DEZEMBRO de 2011
Jostan Francisco de Oliveira
Oficial de Registro

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DISSOCIAÇÃO E FUNDAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE LAGOA NOVA/RN REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2011.

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de Novembro de 2011 (dois mil e onze), às 15h00min horas, na Quadra de Eventos da Churrascaria Brisa da Serra, à Rua Santa Rita, S/N, Distrito Manoel Domingos, zona Rural, Lagoa Nova/RN, em conformidade com o Edital de convocação publicado no dia 11 (onze) de Novembro simultaneamente, no DOU (Diário Oficial da União) e no jornal Diário de Natal, de circulação diária regional na respectiva base de representação pretendida, reuniram-se em Assembléia Geral de Dissociação e Fundação, trabalhadores e trabalhadoras da categoria da Agricultura Familiar, nos termos da lei 11.326/06, do município de Lagoa Nova/RN para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1. Aprovação da Dissociação da categoria dos Agricultores Familiares da representação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Nova/RN. 2. Aprovação da fundação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (SINTRAF) de Lagoa Nova/RN; 3. Aprovação dos seus Estatutos sociais; 4. Eleição, apuração e posse da sua Direção e seu Conselho Fiscal; 5. Fixação das mensalidades sociais e demais contribuições para o custeio da referida nova entidade; 6. Autorização para a mesma subscrever a fundação ou ratificação da fundação da FETRAF-RN. Às 15h00min horas, a Srª. Maria do Socorro Santos Silva, CPF: 655.059.484-72, agricultora e presidente da Comissão Pró-fundação do supracitado SINTRAF, abriu a assembléia saudando a todos e convidou o Sr. João Alves Galvão, CPF: 154.916.254-34, e a Srª Raimunda

GRAFSET

Vanessa de Freitas Félix, CPF: 079.289.754-40, ambos membros do grupo que assessorou a referida Comissão, para respectivamente, presidir e secretariar a mesa de direção dos trabalhos, no que consultou o plenário sobre tal composição e obteve sua aprovação por aclamação. Assim, o Presidente da mesa pez a leitura do edital de convocação e passou aos dois primeiros itens da ordem do dia, conforme se lê acima. Com breves palavras falou sobre a consolidação social da categoria da Agricultura Familiar e seu reconhecimento legal pelo advento da Lei 11.326/06, sobre o direito dos agricultores familiares se dissociarem da categoria eclética de trabalhadores rurais e sobre a importância de um Sindicato específico da Agricultura Familiar, visto que a constituição de uma Entidade própria trará mais benefícios à categoria, representando unicamente seus anseios mais legítimos. A seguir disponibilizou a palavra ao plenário para dúvidas e opiniões. Após amplo debate e esclarecimentos, o plenário se manifestou em condições de votar, o que foi feito por aclamação, tendo sido a proposta aprovada por unanimidade dos presentes. Com o resultado foi declarada, em Lagoa Nova/RN, dissociada a categoria específica da agricultura familiar derivada a categoria eclética dos trabalhadores rurais, até então representada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Nova/RN, e foi declarado fundado o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (SINTRAF) do município de Lagoa Nova/RN, ou SINTRAF de Lagoa Nova/RN. Prosseguindo na ordem do dia, o Presidente da Mesa passou ao

terceiro item, o estatuto social da nova entidade. Para este tema, solicitou que a Secretária da Mesa fizesse a apresentação da proposta estatutária, a qual foi colocada em votação e foi aprovada por aclamação unânime dos presentes. Seguindo entendimento em comum, Mesa e Plenário decidiram passar o quarto item da ordem do dia - eleição, apuração e posse da Direção e do Conselho Fiscal do SINTRAF - para ser o último ponto debatido e deliberado pela assembléia. Por conseguinte, pôs-se em discussão o quinto item da ordem do dia: as mensalidades sociais. Então, o Presidente da Mesa consultou o plenário sobre propostas de fixação de mensalidade social e demais contribuições para o custeio do SINTRAF. A plenária debateu e formulou uma proposta que, apresentada e colocada em votação, por aclamação, foi aprovada por unanimidade. Ficando, assim, fixada a mensalidade social em 2% (dois por cento) do salário mínimo vigente, sendo repassada mensalmente pelo sócio ao Sindicato até o décimo dia do mês vencido. Em seguida passou ao sexto item de pauta da assembléia a autorização para a nova entidade subscrever a fundação ou ratificação da fundação da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte (FETRAF-RN). Devidamente esclarecido sobre a importância de se constituir uma representação própria da agricultura familiar também a nível estadual, a plenária aclamou por unanimidade que o SINTRAF de Lagoa Nova/RN será um dos sindicatos singulares que fundará ou ratificará a fundação da FETRAF-RN. Por último, pautando o quarto item da ordem do dia, o Presidente da Mesa esclareceu a Plenária sobre

GRAFSET

o papel da Direção e do Conselho Fiscal da Entidade, como também sobre suas composições e tempo de mandato, conforme o Estatuto anteriormente aprovado. Feitos os esclarecimentos o Presidente concedeu 30 (trinta) minutos aos presentes para formulação de propostas de chapa. Vencido o prazo, os trabalhadores foram retomados e uma única proposta de chapa, completa foi apresentada à mesa. A pedido do Presidente, a Secretária da Mesa fez a leitura da proposta de chapa. O presidente da Mesa a Plenária se havia restrição a qualquer um dos membros e não havendo foi colocada a proposta em votação por aclamação, tendo sido aprovada por unanimidade dos presentes. Com o resultado foi declarada eleita e empossada, para um mandato de 04 (quatro) anos, iniciando-se na data de hoje, 26 (vinte e seis) dias do mês de novembro de 2011 (dois mil e onze) e encerrando-se no dia 26 (vinte e seis) dias do mês de novembro de 2015 (dois mil e quinze), a seguinte composição para a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal do SINTRAF de Lagoa Nova/RN: DIRETORIA EXECUTIVA (efetivos): I. Presidente: Maria do Socorro Santos Silva, CPF 655.059.484-72; II. Coordenador de Secretaria e Organização: Maria Magnólia dos Santos Araújo, CPF 074.384.874-82; III. Coordenador de Finanças e Administração: Joaton Inácio da Cruz Campelo, CPF 027.999.354-04; IV. Coordenadora de Mulheres: Almira Firmino de Medeiros, CPF 030.420.464-84; V. Coordenador de Terceira: Nicia Alves de Laira, CPF 301.264.104-10; DIRETORIA EXECUTIVA (suplentes): Tamara Jucione de Araújo Santos, CPF 085.000.474-88; Raimunda Vanessa de Freitas Felix, CPF 079.289.754-40; e Eliene

Cassimira de Farias, CPF. 032.311.534-92; CONSELHO FISCAL (efetivos): Terezinha Rodrigues de Araújo, CPF 937.197.364-15; Maria Evania de Carvalho Alves, CPF 020.983.954-69 e Francisco das Chagas da Silva, CPF 664.233.334-91; CONSELHO FISCAL (suplentes): Marcilda Cruz Albino de Oliveira, CPF 042.380.024-82; Paula Maria da Silva Oliveira, CPF 009.045.984-97; e José Ferreira dos Santos Neto, CPF. 490.378.384-72, todos residentes e domiciliados no município de Lagoa Nova/RN. Nada mais havendo a tratar, o presidente da Mesa agradeceu aos presentes e foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme, vai assinada por mim que secretariei e pelo presidente da mesa e os 15 (quinze) membros da diretoria. Lagoa Nova/RN, 26 de Novembro de 2011.

• Raimunda Vanessa F. Félix
Raimunda Vanessa de Freitas Félix
CPF - 079 289. 754 -40
Secretário da Mesa

• João Alves Galvão
João Alves Galvão
CPF - 154.916.254-34
Presidente da Mesa

• Maria do Socorro Santos Silva
• Maria Magnólia dos Santos Araújo

Dr. Fábio Aurélio Bulcão
Advogado
OAB/RN - 4419 OAB/PE 4416-A
Advogado

• Marias
• Alenina Firmino de Medeiros
Maria Magnólia dos Santos Araújo
Thamara Luciene de Araújo Santos
× Nádia Alves de Lira
× Francisco das Chagas da Silva
× Eliene Cassimiro de Farias

GRAFSET

x Terezinha Rodrigues de Araújo
Marilza ou Albina de Oliveira.
Cícero Pedro da Silva Alves
x Jogla Maria da Cruz Campelo
Paula Maria da Silva Oliveira
x Maria Viana de Carvalho Alves
x José Ferreira dos Santos Neto
x Raimunda Vanessa Freitas Félix

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO
Registro Civil de Pessoas Naturais
Rua João Alfredo, 360 - Centro
Tele-Fax: 084-431-1244
APRESENTADO hoje para registro, apontado sob o nº. 159 do livro de Protocolo
REGISTRADO sob o nº 845 Livro A-XXVII de 165/167
O QUE CERTIFICO
Currais Novos-RN, 23 de DEZEMBRO de 2011
Joatan Francisco de Oliveira
Oficial do Registro

ESTATUTO SOCIAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE LAGOA NOVA/RN

DATA DE FUNDAÇÃO 26 DE NOVEMBRO DE 2011

ESTATUTO SOCIAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHODORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE LAGOA NOVA/RN

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, DA ABRANGÊNCIA E DA FINALIDADE DO SINDICATO

SEÇÃO I

DA DENOMINAÇÃO

Art. 1-Fica constituído, na forma de lei e de acordo com o presente estatuto, uma sociedade civil, sem fins lucrativos, denominada SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE LAGOA NOVA, adotando a sigla SINTRAF LAGOA NOVA/RN, com sede na cidade de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, na Rua Tomaz Silveira n°421, Centro, CEP: 59390-000 com as seguintes características:

Parágrafo único- O SINTRAF é uma entidade civil de representação sindical de primeiro grau, com âmbito municipal autorizado a criar entidade de grau superior (FEDERAÇÃO ESTADUAL), para fins de estudo, coordenação e representação legal em juízo e fora dele, dos integrantes da categoria profissional da Agricultura Familiar, não tendo finalidade lucrativa, inexistindo, portanto, distribuição de lucros ou dividendos aos associados, com tempo de duração por prazo indeterminado.

Art. 2-A representação da categoria abrange todos os trabalhadores e trabalhadoras na Agricultura Familiar, nos termos da lei vigente.

SEÇÃO II

DA ABRANGENCIA

Art.3- A base territorial representada pelo sindicato é constituída pelo município de Lagoa Nova/RN

Art.4- O sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Lagoa Nova/RN é uma organização associativa de caráter classista, autônoma e democrática, cujos fundamentos caracterizam-se pelo compromisso com a defesa e promoção dos interesses imediatos e históricos dos agricultores familiares na luta por melhores condições de vida, trabalho e cidadania, integrando-se na luta pelos interesses históricos da classe trabalhadora em todo mundo.

Dr. Fábio Aurélio Bulcão
ADVOGADO
OAB/RN - 4410 - OAB/PB - 4410 - A

2º Cartório Judiciário Currais Novos / RN

SECÃO III
DAS FINALIDADES

Art. 5 - O SINTRAF tem por finalidade:

I - Organizar os agricultores e agricultoras familiares do município de Lagoa Nova/RN, numa perspectiva classista, na sua luta pela defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora;

II - Representar e defender junto ao estado e a sociedade os interesses coletivos da categoria da Agricultura Familiar e de seus associados individualmente;

III - Eleger os representantes da categoria na forma desse Estatuto;

IV - Estabelecer contribuições dos associados, de acordo com as decisões tomadas nas devidas instâncias deliberativas da entidade;

V - Filiar-se às entidades sindicais de âmbito estadual, nacional e internacional de interesse da agricultura familiar, em conformidade com este estatuto social;

VI - Celebrar contratos, convenções e acordos coletivos;

VII - Lutar contra todas as formas de opressão e exploração, prestando irrestrita solidariedade às lutas dos(as) Trabalhadores(as) brasileiros(as) e do mundo;

VIII - Estimular e promover as diversas formas de organização da produção, industrialização e comercialização da produção da agricultura familiar, buscando a produção de produtos de qualidade e o aumento da renda, possibilitando melhorar as condições de vida dos (as) agricultores (as);

IX - Coordenar a luta dos agricultores e agricultoras familiares pela construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, que tenha como base a agricultura familiar agro ecológica, a convivência com o semi-árido, a dignidade e a cidadania para todos e todas no campo e na cidade;

X - Lutar pela posse de fato e de direito da terra, como condição para o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida no campo e na cidade, organizando os agricultores e agricultoras sem terra, buscando diferentes formas de pressão para efetivação da Reforma Agrária;

XI - Promover a organização dos (as) agricultores (as) integrados às agroindústrias, lutando para garantir maior renda aos mesmos e a democratização dos contratos de parceria entre agroindustriais e agricultores (as) integrados (as);

XII - Promover a organização dos (as) agricultores (as) aposentados (as) no Sindicato, buscando garantir os direitos já conquistados e ampliá-los;

XIII - Promover a participação das mulheres e dos jovens em todas as instâncias do sindicato, garantindo espaços para o debate das questões de gênero, buscando construir novas relações entre homens e mulheres, pais e filhos;

XIV - Elevar o nível de organização e conscientização da categoria, através da promoção de congressos, seminários, plenárias, encontros e outros eventos, assim como, participar de eventos intersindicais ou de outros fóruns;

XV - Realizar convênios, programas e parcerias de intercâmbios com organizações oficiais ou privadas de âmbito estadual, nacional e internacional, promovendo a solidariedade entre organizações e entidades.

XVI – Gerar, gerir e/ou exercer o controle social de programas/projetos de formação e mobilização social, de convivência com o semi-árido, de ensino regular e outros, de qualificação e requalificação aos agricultores familiares, através de convênios e/ou parcerias com órgãos e instituições públicas e privadas.

XVII – Coordenara luta dos agricultores e agricultoras familiares, por moradia digna, buscando parcerias com instituições públicas e da sociedade civil, realizando programas, convênios e projetos, podendo construir e reformar casas populares e construir cisternas.

Poder Judiciário Caicó/RN

CAPITULO II

DOS PRINCÍPIOS

Art. 6 - Para cumprir seus objetivos, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Lagoa Nova/RN reger-se-á pelos seguintes princípios e compromissos fundamentais:
a)_ Total independência frente ao Estado e autonomia em relação aos partidos políticos, decidindo livremente suas formas de organização filiação e sustentação material. Conforme pressupostos consagrados nas convenções 87 e 151 do OIT visando assegurar a definitiva liberdade e autonomia sindical no Brasil;
b)_ Garantia da mais ampla democracia em todos os seus organismos e instâncias, tendo os associados completa liberdade de expressão, desde que não firam as decisões majoritárias e soberanas tomadas pelas instâncias superiores e seja garantida a unidade de ação;
c)_ Defesa de um novo modelo de desenvolvimento rural, baseado na Agricultura Familiar solidária e sustentável, na Reforma Agrária e num modelo tecnológico que garanta a preservação do meio ambiente, a segurança e a soberania alimentar da nação e a cidadania.

CAPÍTULO III

DO QUADRO ASSOCIATIVO, DOS DIREITOS, DOS DEVERES E DAS SANÇÕES

SEÇÃO I
DO QUADRO ASSOCIATIVO

Art. 7 - A todo Agricultor e Agricultora Familiar, nos termos da lei vigente, que exerça sua atividade e/ou resida no município de Lagoa Nova/RN, conforme previsto no art. 2º deste estatuto é garantido o direito de ser associado do SINTRAF LAGOA NOVA.
Parágrafo único - No caso de ser a admissão recusada, caberá recurso à Assembléia Geral.

SEÇÃO II
DOS DIREITOS

Art: 8 - Constituem direitos dos associados (as) em dia com suas obrigações sociais estatutárias:
I - Participar das atividades e das instâncias organizativas e deliberativas, nos termos do presente estatuto.
II - Votar e ser votado de acordo com o que define o presente estatuto.
III- Receber regularmente informações das decisões tomadas pelo SINTRAF e das atividades programadas e ou desenvolvidas pelo Sindicato.
IV - Requerer juntamente, com pelo menos 10% (dez porcento) dos associados em dia com seus deveres sociais a convocação de Assembléia Geral do Sindicato.
V - Ter assegurado amplo direito de defesa e de recursos às instâncias do Sindicato, sempre que se sentir prejudicado por qualquer decisão.

3º Cartório Judicial
Currais Novos - RN

SEÇÃO III
DOS DEVERES

Art. 9 - Constituem deveres dos associados:
I - Defender os princípios e objetivos defendidos pelo Sindicato.
II – Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto.
III – Exigir o cumprimento dos objetivos e determinações deste Estatuto e o respeito por parte da diretoria às decisões tomadas nas Assembléias Gerais.
IV – Cumprir e fazer cumprir as deliberações democraticamente tomadas.
V – Manter-se rigorosamente em dia com as obrigações financeiras definidas neste Estatuto.
VI - Participar das diversas instâncias e atividades organizadas pelo Sindicato.
VII – Votar nas eleições do Sindicato.

SEÇÃO IV
DAS SANÇÕES

Art. 10 – Os associados estão sujeitos às penalidades de advertências, suspensões e de exclusão do quadro de associados quando cometerem desrespeito ao presente estatuto.
Parágrafo 1º - A apreciação da falta cometida pelo associado será analisada em reunião ordinária do Conselho Deliberativo a partir de denúncia, por escrito, de qualquer associado ou dirigente. O Conselho Deliberativo designará comissão disciplinar para apurar os fatos;
Parágrafo 2º - O julgamento e apreciação de penalidades sugeridas pela comissão serão apreciados pelo Conselho Deliberativo, que comunicará o acusado da decisão, por escrito com contra recibo;
Parágrafo 3º - No caso de aplicação das penas de suspensão e exclusão do quadro de associados, será garantido recurso, no prazo de 30 (trinta) dias à Assembléia Geral;
Parágrafo 4º - O associado poderá ser suspenso por até 120 (cento e vinte) dias;
Parágrafo 5º - O associado que receber a penalidade de exclusão não poderá ser admitido novamente no quadro de associados pelo prazo de 02 (dois) anos.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA E DA ADMINISTRAÇÃO DO SINDICATO

Art. 11 – São instâncias do Sindicato, por ordem hierárquica:
a) Assembléia Geral
b) Conselho Deliberativo
c) Diretoria Executiva
d) Conselho Fiscal
e) Organização no Local de Trabalho e Moradia

SEÇÃO I
DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 12 - Dentro dos limites legais e estatutários, a Assembléia Geral é o órgão máximo e soberano de decisão do sindicato.
Parágrafo único - Após a instalação da Assembléia Geral, serão eleitos o Presidente e o Secretário da mesma.

Art. 13 - As assembléias gerais serão ordinárias e extraordinárias, as mesmas serão lavradas em atas, que serão acompanhadas de livros ou listas de presenças devidamente assinadas pelos participantes.

Art. 14 - As assembléias tratarão de assuntos para os quais tenham sido convocadas, devendo os mesmos constar na convocatória.
Parágrafo único - Quando de sua realização e salvo decisão da maioria, outros assuntos poderão ser tratados desde que não contrariem este estatuto.

Art. 15 - As Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão convocadas pela diretoria através de seu Presidente (a).
Parágrafo 1º - Da convocação, feita sempre por edital, deverá constar a data, local e horário de sua realização, como também a ordem dos assuntos a serem tratados.
Parágrafo 2º - O edital deverá ser publicado na sede do SINTRAF e em locais públicos dentro da base territorial do sindicato ou em boletim informativo da entidade, que deverá ser afixado na sua sede.
Parágrafo 3º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de 03 (três) dias da data de sua realização.

Art. 16 - As Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão instaladas em primeira convocação com a presença de 20% (vinte porcento) dos associados quites com a entidade ou em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com qualquer número de associados presentes.
Parágrafo único – Os sócios aposentados e pensionistas não contarão para quórum das Assembléias.

Art. 17 - Compete à Assembléia Geral Ordinária deliberar sobre contas e relatórios da Diretoria Executiva e será obrigatória sua convocação no primeiro semestre de cada ano.

Art. 18 - A convocação de Assembléia Geral Extraordinária poderá ser feita pela Diretoria, pelo Conselho Deliberativo, ou por requerimento de associados, com o mínimo de 10% (dez porcento) de assinaturas de sócios quites com a entidade, onde se especifique pormenorizadamente os motivos da mesma.

Art. 19 - A convocação será efetuada pelo Presidente (a) do SINTRAF, através de edital afixado na sede da entidade e em locais públicos dentro da base territorial do sindicato.

Art. 20 - Caso ocorra o não comparecimento dos associados que solicitaram a Assembléia Geral, estes estarão sujeitos à penalidades que serão impostas pelo Conselho Deliberativo.

Art. 21 - As Assembléias Gerais Extraordinárias serão convocadas até 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da solicitação e serão instaladas na base territorial do sindicato, no dia, hora e local determinados pela Diretoria Executiva, respeitando-se o intervalo mínimo de 03 (três) dias entre a convocação e a realização das mesmas.

Art. 22 – Poderão ser convocadas Assembléias Gerais Extraordinárias, em regime de urgência com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, a juízo da Diretoria Executiva ou do Conselho Deliberativo, exceto em matérias que envolvam alienação de bens e imóveis, ônus financeiro, e alteração estatutária.

Art. 23 - A reforma de decisão de uma Assembléia Geral por outra, somente ocorrerá quando o "quorum" desta, for igual ou superior ao daquela.

SEÇÃO III
DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 24 - Constituem o Conselho Deliberativo:
I - a Diretoria Executiva - efetivos e suplentes, ambos com direito a voz e voto
II - o Conselho Fiscal - efetivos e suplentes, ambos com direito a voz e voto
Parágrafo único - O mandato dos membros do Conselho Deliberativo coincide com o mandato da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

Art. 25 - Compete ao Conselho Deliberativo:
I - discutir e deliberar sobre o orçamento e plano financeiro da entidade;
II - convocar excepcionalmente as Assembléias Gerais, nos termos deste estatuto;
III - convocar os membros do Conselho Fiscal quando se fizer necessário, para prestar esclarecimentos necessários sobre as contas da entidade;
IV - deliberar sobre a organização e implementação do plano de ação e política sindical da entidade;
V - manter atualizadas as atas das reuniões em livro ou arquivo próprio.
Parágrafo único - O livro ou arquivo de atas das reuniões do Conselho Deliberativo ficará sob a guarda do Coordenador de Secretaria e Organização do sindicato, que não poderá se recusar em fazer a entrega a qualquer dos membros do Conselho Deliberativo, sempre que solicitado.

Art. 26 - O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente uma (01) vez à cada 03 (três) meses.

Art. 27 - A convocação de reuniões extraordinárias do Conselho Deliberativo será feita pelo Presidente (a) do sindicato ou:
I - pela maioria dos membros da Diretoria Executiva;
II - pelo Conselho Fiscal;
III - por 1/3 (um terço) de seus membros
Parágrafo único - Nas reuniões para tomada e aprovação das contas, orçamento e elaboração dos cronogramas administrativos, será obrigatória a participação do Conselho Fiscal.

Art. 28 - A convocação do Conselho Deliberativo será realizada com pelo menos 03 (três) dias de antecedência, através de comunicação por escrito aos membros representantes, para se reunirem em dia, hora e local especificado no comunicado.

Art. 29 - Sempre que necessário e obedecendo as normas de convocação estabelecidas nos Artigos 27 e 28 deste estatuto, o Conselho Deliberativo poderá reunir-se extraordinariamente para tratar de assuntos ligados a interesses da categoria, administração do sindicato, bem como, qualquer outro assunto em que houver necessidade do seu conhecimento e deliberação.

Art. 30 - Nas reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Deliberativo, serão aprovadas por maioria simples de votos dos presentes as deliberações sobre os assuntos nelas tratados.
Parágrafo Único – O quorum para instalação do Conselho Deliberativo é o número da maioria simples de seus membros.

SEÇÃO IV
DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 31 - Compõem a Diretoria Executiva do SINTRAF:
I- Presidente (a);
II- Coordenador (a) de Secretaria e Organização;
III- Coordenador (a) de Finanças e Administração;
IV- Coordenadora de Mulheres;
V- Coordenador (a) de Juventude;
VI- Coordenador (a) de Terceira Idade.
Parágrafo 1º – Serão em número de 03 (três) os suplentes da Diretoria Executiva, que poderão participar de suas reuniões com direito apenas a voz.
Parágrafo 2º – Em caso de afastamento e/ou renúncia do Presidente (a) ou de qualquer dos(as) Coordenadores(as), por qualquer motivo, os conseqüentes cargos vacantes serão ocupados por outros membros da Diretoria Executiva remanejados ou por seus suplentes, o que deverá ser decidido em reunião ordinária ou extraordinária do Conselho Deliberativo.

Art. 32 - Compete à Diretoria Executiva do SINTRAF:
I- Representar o Sindicato e defender os interesses da entidade perante os poderes públicos e as empresas, ativa e passivamente, judicial e extra-judicialmente podendo nomear mandatários;
II- Implementar , em conjunto com os demais membros das instâncias deliberativas e administrativas, as diretrizes gerais da política sindical a ser desenvolvida pelo Sindicato;
III- Cumprir e fazer cumprir as deliberações da categoria em todas as suas instâncias;
IV- Gerir o patrimônio, garantindo sua utilização para o cumprimento deste estatuto e das deliberações da categoria representada;
V- Reunir-se em sessão ordinária 01 (uma) vez por mês e extraordinariamente sempre que houver necessidade, convocada pelo presidente da entidade, ou em caso de omissão deste, pela maioria dos membros da diretoria executiva;
VI- Informar a categoria profissional e os associados em particular, sobre as normas vigentes da convenção coletiva e da legislação;
VII- Fazer organizar um relatório mensal das receitas e despesas submetendo-o ao Conselho Fiscal, juntamente com os documentos comprobatórios;
VIII- Fazer organizar, por contabilista habilitado, o balanço semestral, proposta orçamentária e cronogramas das atividades, submetendo-os à apreciação e à deliberação do Conselho Deliberativo;
IX- Manter livros contábeis e fiscais exigidos por lei;
X- Contratar funcionários para os serviços do Sindicato, fixar os seus vencimentos e quando necessário, rescindir os contratos com funcionários;
XI- Designar atribuições aos funcionários;

Cartório Judiciário
Currais Novos/RN

XII- Convocar os suplentes para ocupar os cargos vacantes, nos termos deste Estatuto.

Art. 33 - Ao Presidente (a) compete:

I- Representar formalmente a entidade;

II- Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva, e do Conselho Deliberativo

III- Convocar as Assembléias Gerais da categoria;

IV- Assinar as atas, documentos e papéis que dependam de sua assinatura e rubricar os livros contábeis e burocráticos;

V- Assinar cheques e outros títulos, em conjunto com o(a) Coordenador(a) de Finanças e Administração;

VI- Convocar e participar das reuniões e assembléias de quaisquer órgãos ou departamentos do Sindicato, exceto do Conselho Fiscal;

VII- Coordenar e orientar a ação dos órgãos do sistema diretivo integrando-os sob a linha de ação definida em todas as suas instâncias.

Art. 34 - Ao Coordenador (a) de Secretaria e Organização compete:

I- Constituir o coletivo da Coordenação de Secretaria e Organização e elaborar em conjunto com este coletivo o plano de trabalho da pasta, obedecendo as decisões das instâncias de deliberações;

II- Preparar e organizar as correspondências e o expediente do Sindicato;

III- Coordenar os trabalhos de secretaria da entidade;

IV- Manter sob sua guarda, responsabilidade e controle os arquivos, livros de atas (exceto os do Conselho Fiscal), documentos e correspondências do interesse da entidade;

V- Secretariar e assinar, com os demais, as reuniões da Diretoria Executiva e lavrar as atas das Assembléias Gerais;

VI- Planejar a realização de atividades culturais e político-sociais que incentivem o espírito associativo e sindical e promovam o fortalecimento da organização da categoria pela base;

VII- Zelar pela busca e divulgação de informações entre o sindicato, a categoria e o conjunto da sociedade.

Art. 35 - Ao Coordenador (a) de Finanças e Administração compete:

I- Constituir o coletivo da Coordenação de Finanças e Administração e elaborar em conjunto com este coletivo o plano de trabalho da pasta, obedecendo as decisões das instâncias de deliberações;

II- Manter sob sua guarda, fiscalização e responsabilidade, os valores do Sindicato;

III- Assinar as atas, documentos e papeis que dependam e seja necessária sua assinatura, bem como, rubricar os livros contábeis e burocráticos;

IV- Assinar os cheques e outros títulos, juntamente com o (a) Presidente (a) da entidade;

V- Manter sob sua guarda e responsabilidade os documentos contábeis e comprobatórios das receitas e despesas mensais do Sindicato, apresentando-os nas reuniões da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo, ou quando exigidos por qualquer membro do Conselho Deliberativo;

VI- Depositar os valores do Sindicato em estabelecimentos bancários designados pela Diretoria Executiva;

VII- Elaborar, em conjunto com o contabilista, os balanços e propostas orçamentárias semestrais, submetendo-os à apreciação do Conselho Deliberativo;

VIII- Propor à Diretoria Executiva o plano de finanças;

IX- Receber as verbas, doações e legados destinados aos cofres da entidade, assinando os competentes recibos

3º Cartório Judiciário Currais Novos / RN

X- Efetuar os pagamentos autorizados pela Diretoria Executiva

Art. 36 – À Coordenadora de Mulheres compete:
I – constituir o coletivo de Mulheres, e elaborar em conjunto com este coletivo, o plano de trabalho da pasta, obedecendo as decisões das instâncias de deliberações.
II - propor à Diretoria Executiva o plano de organização das Mulheres e conduzir a sua execução.

Art. 37 - Ao Coordenador(a) de Juventude compete:
I – constituir o coletivo de Juventude, e elaborar em conjunto com este coletivo, o plano de trabalho da pasta, obedecendo as decisões das instâncias de deliberações.
II – propor à Diretoria Executiva o plano de organização da Juventude e conduzir a sua execução.

Art. 38 – Ao Coordenador (a) de Terceira Idade compete:
I – constituir o coletivo de Terceira Idade, e elaborar em conjunto com este coletivo, o plano de trabalho da pasta, obedecendo as decisões das instâncias de deliberações.
II – propor à Diretoria Executiva o plano de organização da Terceira Idade e conduzir a sua execução.

SEÇÃO V
DO CONSELHO FISCAL

Art. 39 - O Conselho Fiscal do Sindicato, eleito juntamente com a Diretoria Executiva e com mandato equivalente, conforme previsto neste Estatuto, será composto por 03 (três) membros efetivos, que entre eles escolherão o seu Presidente (a), e 03 (três) suplentes,.
Parágrafo Único – Em caso de afastamento e/ou renúncia de qualquer um dos membros efetivos do Conselho Fiscal, por qualquer motivo, o cargo será ocupado por um dos suplentes, o que deverá ser decidido em reunião ordinária ou extraordinária do Conselho Deliberativo.

Art. 40 - Ao Conselho Fiscal compete:
I - Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
II - Acompanhar e fiscalizar a gestão financeira do Sindicato;
III - Examinar e emitir parecer, por escrito, dos balancetes mensais e dos balancetes e balanços anuais apresentados pelo Coordenador (a) de Finanças e Administração;
IV - Propor medidas que visem a melhoria da situação financeira do Sindicato;
V - Propor medidas que visem melhorar o atendimento da gestão financeira do Sindicato;
VI - Informar o Conselho Deliberativo, por escrito, quando verificar qualquer irregularidade na gestão financeira do Sindicato.
Parágrafo 1º - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente, mensalmente, com o Coordenador (a) de Finanças e Administração para examinar a movimentação financeira, os registros contábeis, os balancetes mensais, os balanços anuais do Sindicato, e extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente (a) ou pelo Coordenador(a) de Finanças e Administração;
Parágrafo 2º - O Conselho Fiscal registrará em livro de atas próprio, as decisões tomadas em suas reuniões, juntamente com o registro do parecer por ele dado naquela reunião sobre a movimentação financeira, os registros contábeis, balancetes e balanços do Sindicato, devendo as atas levarem as assinaturas dos membros presentes;
Parágrafo 3º - O quorum necessário para instalar a reunião do Conselho Fiscal é a presença de, no mínimo, 02 (dois) membros efetivos. As deliberações serão aprovadas com pelo menos 02 (dois) votos favoráveis, tendo o Presidente (a) o direito ao voto de Minerva, quando necessário;
Parágrafo 4º - É facultada a participação dos suplentes nas reuniões, com direito à voz.

SEÇÃO VI
ORGANIZAÇÃO POR LOCAL DE TRABALHO E MORADIA

Art. 41 - A OLTM (Organização por Local de Trabalho e Moradia) é a instância de base para representação do Sindicato na localidade

Parágrafo único - A OLTM será instituída, pela direção executiva do Sindicato, nos bairros, assentamentos e comunidades rurais onde haja incidência de agricultores e agricultoras familiares.

Art. 42 - A OLTM será constituída por uma Comissão de 03 (três) membros que executarão as atividades sindicais no bairro ou comunidade local.

Art. 43 - O tempo de mandato e a forma de escolha da Comissão de OLTM será decidida pelos associados de cada localidade.

Art. 44 - Compete à OLTM:

a) Informar, orientar e colaborar na capacitação dos agricultores da localidade;
b) Sindicalizar e manter em dia as contribuições dos agricultores com à entidade;
c) Encaminhar as políticas deliberadas pelas instâncias da entidade;
d) Participar e implementar as decisões das reuniões do conselho deliberativo e diretoria;
e) Cumprir e fazer cumprir os estatutos sociais da entidade.
f) A OLTM registrará em livro de atas próprio, as decisões tomadas em suas reuniões, devendo as atas levar as assinaturas dos membros presentes

CAPÍTULO V

DO PATRIMÔNIO, DAS RECEITAS, DO ORÇAMENTO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

SEÇÃO I
DO PATRIMÔNIO

Art. 45 - Constituem o patrimônio do Sindicato;

I - Os bens móveis e imóveis;
II - As doações de qualquer natureza;
III - As dotações e os legados;
IV - As disponibilidades monetárias: valores em moeda, em depósito bancário com seus respectivos rendimentos, outros títulos e qualquer outra aplicação financeira que o Sindicato tiver.

Parágrafo 1º - O Coordenador (a) de Finanças e Administração manterá um livro de patrimônio, atualizado anualmente, com relação dos bens do Sindicato, enumerando em ordem crescente os automóveis, os eletrodomésticos e os equipamentos de modo que os números não sejam repetidos e que, na alienação ou condenação de algum bem seja registrado a baixa no livro de patrimônio citado o destino do respectivo bem. O Livro de Patrimônio deverá ser assinado, sempre que atualizado, pelo Coordenador (a) de Finanças e Administração, pelo Presidente (a) do SINTRAF e pelo Conselho Fiscal;

Parágrafo 2º - As disponibilidades monetárias deverão ser aplicadas em estabelecimento bancário, em conta conjunta do Presidente (a) e o Coordenador (a) de Finanças e Administração, em títulos garantidos pelo poder público ou outro que mereça notória credibilidade, até ser utilizado pelo Sindicato;

Parágrafo 3º - O dirigente sindical, empregado da entidade ou filiado que produzir dano patrimonial culpado ou doloso, responderá civil e criminalmente pelo ato lesivo;
Parágrafo 4º - No caso de dissolução do Sindicato o patrimônio pagará as dívidas legítimas, decorrentes de sua responsabilidade, será doado por decisão da Assembléia à Entidade congênere, a outro Sindicato da mesma categoria ou de categoria similar ou anexa, ou ainda a qualquer Entidade Sindical profissional de qualquer grau.

SEÇÃO II
DAS RECEITAS

Art. 46 - Constituem-se como receitas do Sindicato:
I - As mensalidades dos sócios do Sindicato;
II - As contribuições sindicais legalmente instituídas;
III - As rendas decorrentes da utilização do patrimônio ou da prestação de serviço pelo Sindicato;
IV - Os juros, correção monetária e outros rendimentos dos valores depositados em estabelecimentos bancários;
V - Doações e legados;
VI - Outras rendas legais de qualquer natureza.
Parágrafo 1º - O valor da mensalidade para o associado contribuinte é fixado e modificado pela Assembléia Geral, cujo item esteja previsto no edital de convocação da mesma;
Parágrafo 2º - Os valores da receita do Sindicato devem ser utilizados para o pagamento de suas despesas, autorizadas conforme as determinações deste Estatuto, e as sobras aplicadas em estabelecimento bancário oficial, em operações legais que garantam o melhor rendimento e que estejam em disponibilidade para o cumprimento das obrigações da Entidade;
Parágrafo 3º - Cabe ao Coordenador (a) de Finanças e Administração o controle do recebimento e do registro das receitas, zelando para que não haja nenhum prejuízo à Entidade.

SEÇÃO III
DO ORÇAMENTO

Art. 47 - O orçamento anual do Sindicato será elaborado a partir do Plano Anual e/ou Plurianual de Ação aprovado pelo Conselho Deliberativo:
Parágrafo 1º - O orçamento anual deve conter as diretrizes orçamentárias, a previsão das receitas e a previsão das despesas;
Parágrafo 2º - O orçamento será feito no valor da moeda oficial vigente no país e poderá ter um índice indexador da inflação para manter os valores atualizados monetariamente.

SEÇÃO IV
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 48 - A prestação de contas compreende os balancetes mensais e anuais, a comprovação de cada despesa, conforme a determinação deste Estatuto:
Parágrafo 1º - Toda despesa do Sindicato deve ser registrada, com respectivo comprovante, incluindo cópia de cheque, nota fiscal, recibo ou outro documento comprovante;
Parágrafo 2º - O Coordenador (a) de Finanças e Administração fará o registro da movimentação financeira e no final do mês, encaminhará ao Contador da Entidade para a elaboração do balancete mensal;
Parágrafo 3º - O Contador elaborará o balancete e o balanço anual a partir dos balancetes mensais;

Cartório Judiciário Gerais Novos MG

Parágrafo 4º - O Conselho Fiscal analisará, mensalmente, todas as despesas do Sindicato e emitirá o seu parecer sobre os balancetes mensais, registrando-o em ata, em livro próprio;
Parágrafo 5º - O Conselho Fiscal analisará e emitirá parecer, registrando-o em ata, sobre os balancetes e os balanços anuais;
Parágrafo 6º - Cabe ao Conselho Deliberativo analisar, aprovar e encaminhar a prestação de contas anual do exercício anterior para Assembléia Geral Ordinária analisar e aprovar.

CAPÍTULO VI
DO PROCESSO ELEITORAL

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 49 - As eleições para a renovação da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal serão realizadas em processo único de eleição, através de chapas, para um mandato de 04 (quatro) anos em conformidade com esse Estatuto:
Parágrafo Único - O Conselho deliberativo será automaticamente renovado com a posse dos novos dirigentes eleitos.

Art. 50 - A eleição para a renovação da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal será realizada dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias e do prazo mínimo de 30 (trinta) dias, antes do término do mandato vigente.

SEÇÃO II
DA COORDENAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 51 - O processo eleitoral será coordenado e conduzido por uma Comissão Eleitoral composta de 03 (três) membros efetivos e seus 03 (três) suplentes respectivos nominais, eleita em Assembléia Geral Extraordinária convocada para este fim, e mais 01 (um) representante de cada chapa registrada
Parágrafo 1º - Os representantes indicados pelas chapas terão direito a presença e a voz nas reuniões, decisões e atos da Comissão Eleitoral, mas não terão direito a voto;
Parágrafo 2º - Poderá ser eleito para fazer parte da Comissão Eleitoral o associado em dia com suas obrigações sociais e que tenha participado no mínimo de 30% das Assembléias Gerais ocorridas nos últimos 02 anos, bem como pessoa atuante nos movimentos sociais;
Parágrafo 3º - A eleição da Comissão Eleitoral será feita relacionando os membros efetivos e suplentes, com a imediata denominação de seu presidente;
Parágrafo 4º - A Comissão Eleitoral será assessorada durante o processo eleitoral pela Federação na qual o sindicato seja filiado.
Parágrafo 5º - No ato do registro da chapa, a mesma fará a indicação do seu representante para compor a comissão Eleitoral;
Parágrafo 6º - É vetada a participação na comissão eleitoral dos membros de qualquer chapa inscrita, exceto para o representante da chapa, bem como também é vetada a co-existência de membros consangüíneos até 2º. Grau;
Parágrafo 7º - As decisões da Comissão Eleitoral serão tomadas pela maioria simples de votos, tendo o seu presidente, quando necessário, o voto de Minerva;
Parágrafo 8º - O quorum mínimo para instalar a Comissão Eleitoral é de 02 (dois) membros efetivos;
Parágrafo 9º - A extinção da Comissão Eleitoral se dará com o fim de todos os prazos referentes aos recursos contra os resultados das eleições previstos nos artg. 97, 99 e 100 desse estatuto;

Art. 52 - O Conselho Deliberativo convocará a Assembléia Geral Extraordinária para eleger a Comissão Eleitoral, através de edital de convocação publicado e afixado na sede do SINTRAF e em locais públicos da base territorial deste, com antecedência mínima de 03 (três) dias e máximo de 08 (oito) dias da sua realização.

SESSÃO III
DA CONVOCAÇÃO DAS ELEIÇÕES

Art. 53 - O Conselho Deliberativo, respeitando as determinações deste Estatuto, aprovará com antecedência mínima de 10 (dez) dias da convocação da eleição, o cronograma eleitoral:
Parágrafo 1º - O cronograma eleitoral deve estabelecer:
a) - Dia para convocação da eleição;
b) - Período (dias) para registro de chapas;
c) - Período (dias) para a votação.
Parágrafo 2º - O cronograma eleitoral a ser aprovado pelo Conselho Deliberativo será apresentado ao mesmo pela Comissão Eleitoral, por escrito, pelo menos 05 (cinco) dias antes da reunião para sua aprovação.

Art. 54 - A eleição será convocada pela Comissão Eleitoral através de edital, a ser afixado no mural do Sindicato, em sua sede, devendo citar obrigatoriamente:
a) - Data da realização da votação;
b) - Prazo para registro de chapas e horários de funcionamento da secretaria do Sindicato, onde as chapas serão registradas com a presença da Comissão Eleitoral;
c) - Prazo para impugnação de candidaturas;
Parágrafo 1º - No mesmo dia da publicação do edital no mural do Sindicato a Comissão Eleitoral fará fixar em locais públicos;
Parágrafo 2º - As eleições serão convocadas com antecedência máxima de 90 (noventa) dias e mínima de 30 (trinta) dias em relação à data da realização da votação;
Parágrafo 3º - O registro de chapas terá um prazo de 10 (dez) dias, a partir do 5º (quinto) dia da publicação do edital até a 15º (décimo quinto) dia, excluindo o primeiro e incluindo o último, da publicação do edital de convocação das eleições;

SEÇÃO IV
DOS CANDIDATOS

Art. 55 - Poderá se candidatar a qualquer dos cargos o agricultor ou agricultora familiar que preencher os seguintes requisitos:
a)_ Ser associado contribuinte do Sindicato a pelo menos 02 (dois) anos, no ato de registro de chapas;
b)_ Ter participado no mínimo de 30% das Assembléias Gerais ocorridas nos últimos 02 (dois) anos, o que deverá ser atestado por certidão expedida pela Diretoria Executiva do SINTRAF;
c)_ Estar em dia com seus deveres de associado;
d)_ Gozar dos direitos sociais conferidos por este Estatuto.

Art. 56 – Será permitida a re-eleição para os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal
Parágrafo 1º – Aos membros da Diretoria Executiva, nos cargos específicos de Presidente(a), Coordenador(a) de Secretaria e Organização e Coordenador(a) de Finanças e Administração, só será permitida 01(uma) re-eleição,

não podendo haver para estes cargos um terceiro mandato consecutivo, ainda que haja qualquer troca de cargos entre os mesmos.

Parágrafo 2º – Também para os cargos tratados no parágrafo anterior, após os 02 (dois) mandatos admitidos pela possibilidade de 01 (uma) re-eleição, não será permitida para a gestão subseqüente a candidatura para estes cargos de cônjuges e parentes, ainda que por afinidade, até segundo grau, dos atuais ocupantes dos referidos cargos.

SEÇÃO V
DA COMPOSIÇÃO DE CHAPAS

Art. 57 - As chapas que disputarem as eleições do Sindicato serão compostas pelos seguintes cargos:

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente (a)
Coordenador (a) Geral e de Organização
Coordenador (a) de Finanças e Administração
Coordenadora de Mulheres
Coordenador (a) de Juventude
Coordenador (a) de Terceira Idade

SUPLENTES DA DIRETORIA EXECUTIVA

03 (três) Membros

CONSELHO FISCAL

03 (três) Membros Efetivos
03 (três) Membros Suplentes

Parágrafo 1º- Para garantir registro e concorrer na votação a chapa deverá preencher e manter até o fim do processo eleitoral todas as 15 (quinze) vagas – chapa completa.

Parágrafo 2º- Não será permitida entre os 15 (quinze) da mesma chapa a co-existência de cônjuges e parentes, ainda que por afinidade, até segundo grau.

SEÇÃO VI
DO REGISTRO DE CHAPAS

Art. 58 - O prazo para o registro de chapas será de 10 (dez) dias, contados do 5º (quinto) dia até o 15 (décimo quinto) dia, excluindo o primeiro e incluindo o último, após a publicação do edital de convocação da eleição e deverá ser feito na sede do Sindicato na presença de um dos membros titulares da Comissão Eleitoral.

Art. 59 - A chapa será registrada através de:

1 - Requerimento de registro de chapa com a nominata dos candidatos nos cargos da Diretoria Executiva (efetivos e suplentes) e ao Conselho Fiscal (efetivos e suplentes), constando o local, a data e a assinatura do candidato responsável pelo registro da chapa;

2 - Entrega da ficha de qualificação de candidato, juntamente com a fotocópia do CPF e da carteira de identidade e a certidão negativa de débitos emitida pela Coordenação de Finanças e Administração do SINTRAF, tudo isso para cada um dos (as) 15 (quinze) candidatos (as) da chapa.

Parágrafo 1º - A ficha individual de qualificação do candidato deverá constar os seguintes dados:

a) Nome completo;
b) Número de CPF e carteira de identidade;
c) Data de nascimento;

d) Endereço residencial completo;
e) Endereço em que trabalha;
f) Cargo(s) que ocupa na chapa;
g) Assinatura do Candidato.

Parágrafo 2º - Verificando-se irregularidades na documentação apresentada, a Comissão Eleitoral notificará o representante da chapa, através de declaração relacionando as irregularidades identificadas, para que o mesmo promova a correção no prazo de 02 (dois) dias úteis, excluindo o dia da notificação, não podendo ultrapassar o prazo final de registro de chapas;

Parágrafo 3º - No ato da entrega, pelo responsável do requerimento da chapa e dos documentos citados neste artigo, será entregue, pelo Presidente da Comissão Eleitoral, uma declaração de registro de chapa;

Parágrafo 4º - As chapas serão numeradas em ordem crescente, de acordo com a ordem do seu registro, iniciando pelo número 1 (um).

Art. 60 - No encerramento do prazo para registro das chapas a Comissão Eleitoral fará a lavratura da ata correspondente, consignando em ordem numérica de inscrição, todas as chapas e os nomes dos candidatos inscritos.

Art. 61 - No ato de encerramento do prazo de registro de chapas, a Comissão Eleitoral fará publicar a relação nominal das chapas registradas, através de edital afixado na sede do SINTRAF e declarará em aberto o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para as impugnações de chapas ou de integrantes de chapas.

Art. 62 - Ocorrendo renúncia formal do candidato após o registro da chapa, a Comissão Eleitoral afixará cópia dos pedidos no mural do Sindicato, em sua sede, para conhecimento dos associados:

Parágrafo único - A chapa da qual fizerem parte candidatos renunciados e/ou impugnados poderá concorrer, desde que apresente à Comissão Eleitoral, até 48 (quarenta e oito) horas após o término do prazo para defesas e julgamentos das impugnações, substitutos para as vagas suficientes para completar novamente a chapa.

Art. 63 - Encerrado o prazo de registro de chapa sem que tenha havido registrado nenhuma chapa, a comissão eleitoral dentro de 15 (quinze) dias providenciará nova convocação da eleição:

Parágrafo 1º - Caso a eleição seja realizada após o término do mandato da Diretoria em exercício, a diretoria eleita será empossada no prazo de 8 (oito) dias da eleição.

Parágrafo 2º - O mandato da Diretoria anterior será prorrogado até a posse da Diretoria eleita.

SEÇÃO VII
DAS IMPUGNAÇÕES

Art. 64 - Os candidatos que não preencherem as condições estabelecidas neste Estatuto poderão ser impugnados por qualquer associado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da publicação da relação das chapas registradas.

Art. 65 - A impugnação, expostos os fundamentos que a justificam, será dirigida á Comissão Eleitoral, na sede do sindicato, no horário de funcionamento normal estabelecido para a mesma, nunca fora desse local nem desse horário, em duas vias, uma para ficar com a Comissão Eleitoral e a outra via receberá o ciente desta e ficará com o impugnante.

Parágrafo 1º - No encerramento do prazo para a impugnação será lavrada ata, constando nominal os impugnantes e os impugnados com respectivo motivo;

Parágrafo 2º - A Comissão Eleitoral não poderá se omitir de receber as impugnações.

2º Cartório Judiciário Currais Novos / RN

Art. 66 - O responsável da chapa será notificado, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, da impugnação dos candidatos da sua chapa, pela Comissão Eleitoral e terá o mesmo prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação, para apresentar a defesa, que deverá ser dirigida á Comissão Eleitoral, na sede do sindicato, no horário de funcionamento normal estabelecido para a mesma, nunca fora desse local nem desse horário, em duas vias, uma para ficar com a Comissão Eleitoral e a outra via receberá o ciente desta e ficará com o representante ou candidato da chapa em ação de defesa.
Parágrafo único - No encerramento do prazo de defesa, a Comissão Eleitoral lavrará ata registrando as defesas apresentadas ou ausências de defesa.

Art. 67 - Encerrado o prazo de defesa, em 48 (quarenta e oito) horas a Comissão Eleitoral julgará as impugnações.
Parágrafo 1º - No encerramento do julgamento, a Comissão Eleitoral lavrará ata para constar a decisão tomada sobre cada impugnação e afixará as decisões no mural do Sindicato, citando os respectivos motivos;
Parágrafo 2º - Julgada procedente a impugnação, o candidato impugnado não concorrerá à eleição;

Art. 68 - A chapa que tiver candidatos impugnados com procedência pela Comissão Eleitoral poderá substituí-los no prazo de até 48(quarenta e oito) horas após publicação dos julgamentos da Comissão Eleitoral, não podendo concorrer chapa incompleta.

SEÇÃO VIII
DO ELEITOR

Art. 69 - Poderá votar nas eleições da Direção do Sindicato quem preencher todos os requisitos abaixo citados:
1- Gozar dos direitos sociais estabelecidos neste Estatuto;
2- Apresentar no ato da votação o(s) documento(s) de identificação exigido(s);
3- Estar com suas contribuições sociais em dia no mês que antecede o pleito eleitoral;
4- O associado poderá votar se quitar seu débito com SINTRAF até 10 dias antes da eleição;
Parágrafo 1º - A Diretoria Executiva fornecerá à Comissão Eleitoral a lista de eleitores aptos a votar até 05 (cinco) dias antes da realização do pleito, a qual deverá ser afixada no dia da eleição em locais próximos das urnas;
Parágrafo 2º - A lista de associados aptos a votar deve relacionar os associados em ordem alfabética.

SEÇÃO IX
DO VOTO SECRETO

Art. 70 - O sigilo do voto será assegurado mediante as seguintes providências:
1- Uso de cédulas contendo todas as chapas registradas;
2- Isolamento do eleitor em cabine indevassável para o ato de votar;
3- Verificação de autenticidade da cédula única à vista das rubricas dos membros da mesa coletora;
4- Emprego de urna que assegura a inviolabilidade do voto.

3º Cartório Judiciário Currais Novos / RN

SEÇÃO X
DA CÉDULA ÚNICA

Art. 71 - A cédula única contendo as chapas registradas deverá ser confeccionada em papel branco e pouco absorvente, com tinta preta e tipos uniformes:
Parágrafo 1º - A cédula única poderá ser confeccionada de maneira tal que, dobrada, resguarde o sigilo do voto, sem que seja necessário o emprego de cola para fechá-la;
Parágrafo 2º - Acima e ao centro da coluna formada pela relação nominal dos candidatos aos cargos de Diretoria Executiva (efetivos e suplentes) e do Conselho Fiscal (efetivos e suplentes) de cada chapa inscrita haverá um retângulo com o número de ordem da respectiva chapa, onde o eleitor assinalará a sua escolha.

SEÇÃO XI
DAS MESAS COLETORAS

Art. 72 - As mesas coletoras de votos funcionarão sob exclusiva responsabilidade de um presidente indicado pela Comissão Eleitoral e mesários indicados paritariamente pelas chapas, designados pala Comissão Eleitoral até 48 (quarenta e oito) horas antes da votação.
Parágrafo 1º - Cada chapa concorrente fornecerá à Comissão Eleitoral, nomes de pessoas idôneas para composição das mesas coletoras, com antecedência mínima de 04 (quatro) dias em relação à data da realização da votação;
Parágrafo 2º - Poderão ser instaladas mesas coletoras, a critério da Comissão Eleitoral, na sede do Sindicato, nas Comunidades Rurais ou Distritos e nos locais de trabalho ou moradia, e nas mesas coletoras itinerantes que percorrerão itinerário pré-estabelecido;
Parágrafo 3º - Os trabalhadores de cada mesa coletora poderão ser acompanhados por fiscais designados pelas chapas, escolhidos entre os associados, na proporção de um fiscal para cada chapa inscrita, por urna.

Art. 73 - Não poderão ser nomeados como presidentes das mesas coletoras:
1 - Os candidatos, seus cônjuges e parentes ainda que por afinidade, até segundo grau, inclusive;
2 - Os membros da administração do Sindicato.

Art. 74 - Os mesários poderão substituir o presidente da mesa coletora, de modo que haja sempre quem responda pessoalmente pela ordem e regularidade no processo eleitoral
Parágrafo 1º - Todos os membros da mesa coletora deverão estar presentes no ato da abertura, durante e no encerramento da votação, salvo motivo de força maior;
Parágrafo 2º - Não comparecendo o presidente da mesa coletora, até 15 (quinze) minutos depois da hora determinada para início da votação, assumirá a coordenação o primeiro mesário, e na falta ou impedimento deste, o segundo mesário e assim sucessivamente;
Parágrafo 3º - A maioria dos membros presentes da Comissão Eleitoral designará dentre as pessoas presentes, e observado os impedimentos deste artigo, os membros que forem necessários para complementarem a mesa.
Parágrafo 4º - Será providenciada 01 (uma) mesa coletora para cada 500 (quinhentos) votantes no máximo.

3º Cartório Judiciário Currais Novos/RN

SEÇÃO XII
DA VOTAÇÃO

Art. 75 - No dia e local designados, 30 (trinta) minutos antes da hora do início da votação, os membros de cada mesa coletora verificarão se está em ordem o material eleitoral e a urna destinada a recolher os votos, providenciando, o presidente (a) da mesa, para que sejam supridas eventuais deficiências.

Art. 76 - Na hora fixada no edital e tendo considerado o recinto e o material em condições, o presidente(a) da mesa declarará iniciados os trabalhos.

Art. 77 - Os trabalhos eleitorais da mesa coletora terão duração mínima de 06 (seis) horas contínuas, observadas sempre as horas de início e de encerramento previstas no edital de convocação.

Art. 78 - Somente poderão permanecer no recinto da mesa coletora os seus membros, os fiscais designados pelas chapas concorrentes no pleito e, durante o tempo necessário para sua votação, o eleitor:
Parágrafo único - Nenhuma pessoa estranha à Direção da mesa coletora poderá interferir no seu funcionamento, durante os trabalhos de votação, salvo os membros da Comissão Eleitoral.

Art. 79 - Iniciada a votação, cada eleitor, pela ordem de apresentação à mesa coletora, depois de identificado, assinará a lista de eleitores na cabine indevassável, após assinalar o retângulo próprio da cédula da chapa de sua preferência, a dobrará, depositando-a em seguida, na urna colocada na mesa coletora:
Parágrafo 1º - O eleitor analfabeto porá a sua impressão digital na folha de votantes, assinando a seu rogo um dos mesários;
Parágrafo 2º - Antes de depositar a cédula na urna, o eleitor deverá exibir a parte rubricada à mesa e aos fiscais, para que verifiquem, sem à tocar, se é a mesma que lhe foi entregue;
Parágrafo 3º - Se a cédula não for a mesma, o eleitor será convidado a voltar à cabine indevassável e a trazer seu voto na cédula que recebeu, se o eleitor não proceder conforme determinado, não poderá votar, anotando-se ocorrência na ata.

Art. 80 - Os eleitores, cujos votos forem impugnados e os associados, cujos nomes não constarem da lista de eleitores, votarão em separado:
Parágrafo único - O voto separado será tomado da seguinte forma:
1 - O Presidente da mesa entregará ao eleitor envelope apropriado, para que ele, na presença da mesa, nele coloque a cédula que assinalou, colando o envelope;
2 - O presidente da mesa coletora colocará o envelope dentro de um outro maior e anotará no verso deste o nome do eleitor e o motivo do voto em separado, depositando-o na urna;
3 - Os envelopes serão padronizados de modo a resguardar o sigilo do voto.

Art. 81 - São documentos válidos para a identificação do eleitor:
1 - Carteira Social do Sindicato;
2 - Carteiras de Identidade ou outro documento com foto
Parágrafo único - Quem não constar na lista de eleitores e apresentar a Carteira Social do Sindicato, demonstrando ser associado, estar quites com a entidade, e ter quitado dentro do prazo estabelecido pela regulamentação do processo eleitoral, poderá votar em separado.

Art. 82 - Na hora determinada no Edital para encerramento da votação, havendo no recinto eleitores a votar, serão convidados em voz alta e fazer entrega ao presidente da mesa coletora do documento de identificação, prosseguindo os trabalhos até que vote o último eleitor:
Parágrafo 1º - Caso não haja mais eleitores a votar serão imediatamente encerrados os trabalhos;
Parágrafo 2º - Encerrados os trabalhos da votação, a urna será lacrada com a posição de tiras de papel sulfite e cola branca, rubricadas pelos membros da mesa e pelos fiscais;
Parágrafo 3º - Em seguida o presidente fará lavrar ata que será também assinada pelos mesários e fiscais, registrando a data e hora do início e do encerramento dos trabalhos, total de votantes e dos associados em condições de votar, o número de votos em separado, se os houver, bem como, resumidamente, os protestos apresentados pelos eleitores, candidatos ou fiscais. A seguir, o presidente da mesa coletora fará entrega ao presidente da Comissão Eleitoral, mediante recibo de todo material utilizado durante a votação.

SEÇÃO XIII
DA MESA APURADORA

Art. 83 - A sessão eleitoral de apuração será instalada na sede do Sindicato ou algum outro local, mais amplo e de fácil acesso à critério da Comissão Eleitoral. Cada mesa de apuração terá um(a) presidente(a) e 02 (dois) mesários(as), designados pela Comissão Eleitoral e divulgados até 02 (dois) dias antes da votação, os quais receberão as atas de instalação e encerramento das mesas coletoras de votos, as listas de votantes e urnas devidamente lacradas e rubricadas pelos mesários(as) e fiscais:
Parágrafo único - A mesa apuradora poderá requerer escrutinadores (as) indicados em igual número pelas chapas concorrentes, ficando assegurado o acompanhamento por fiscais na proporção de um(a) por chapa para cada mesa.

SEÇÃO XIV
DO QUORUM

Art. 84 - Instalada, a mesa apuradora verificará, pela lista de votantes, se participaram da votação mais de 50% (cinqüenta por cento) dos eleitores, excetuando-se os aposentados e pensionistas, procedendo, em caso afirmativo, a abertura das urnas e contagem dos votos:
Parágrafo único - Os votos em separado, desde que decidido sua apuração, serão computados para efeito de quorum.

Art. 85 - Não sendo obtido o quorum referido no artigo anterior, o presidente da mesa apuradora encerrará a eleição, fará inutilizar as cédulas e sobrecartas, sem abrir, notificando em seguida a Comissão Eleitoral para que esta determine num prazo de 15 (quinze) dias nova votação.
Parágrafo único - A nova votação será válida com qualquer número de eleitores observadas as mesmas formalidades da primeira.

3º Cartório Judiciário Currais Novos | RN

SEÇÃO XV
DA APURAÇÃO

Art. 86 - Contadas as cédulas da urna, o presidente verificará se o número coincide com o da lista de votantes:
Parágrafo 1º - Se o número de cédulas for igual ou inferior ao de votantes que assinarem a respectiva lista, far-se-á a apuração;
Parágrafo 2º - Se o total de cédulas for superior ao da respectiva lista de votantes, proceder-se-á a apuração, mas o resultado só será válido se o número de cédulas a mais for inferior à diferença entre as duas chapas mais votada;
Parágrafo 3º - Se o excesso de cédulas for igual ou superior à diferença entre as duas chapas mais votadas, a urna será anulada;
Parágrafo 4º - A admissão ou rejeição dos votos colhidos em separado será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvir as chapas concorrentes e verificar as determinações deste Estatuto;
Parágrafo 5º - Apresentando a cédula, qualquer sinal, rasura ou dizer suscetível de identificar o eleitor, ou tendo este assinalado duas ou mais chapas, o voto será anulado.

Art. 87 - Sempre que houver protesto fundado em contagem errônea de votos, vícios de sobrecartas ou cédulas, deverão estas ser conservadas em invólucro lacrado, que acompanhará o processo eleitoral até decisão final.
Parágrafo único - Haja ou não protestos, conservar-se-ão as cédulas apuradas, sob guarda do presidente da mesa apuradora, até proclamação final de assegurar eventual recontagem de votos.

Art. 88 - Assiste aos fiscais o direito de formular, perante a mesa, qualquer protesto referente à apuração:
Parágrafo único - qualquer protesto deverá ser feito por escrito e anexado à ata de apuração;

SEÇÃO XVI
DO RESULTADO

Art. 89 - Finda a apuração, o presidente da mesa apuradora proclamará eleita a chapa que obtiver o maior número de votos e fará lavrar a ata dos trabalhos eleitorais.
Parágrafo 1º - Na ata constará obrigatoriamente:

a) Dia e hora da abertura e do encerramento dos trabalhos;
b) O local ou locais em que funcionaram as mesas coletoras com os nomes dos representantes componentes;
c) O resultado de cada urna apurada, especificando-se número de votantes, sobrecartas, cédulas, votos atribuídas cada chapa registrada, votos em branco e votos nulos;
d) Número total de eleitores que votaram;
e) Resultado geral da apuração;
f) Apresentação ou não de protesto, fazendo-se em caso afirmativo resumo de cada protesto formulado perante a mesa.

Parágrafo 2º - A ata será assinada pelo presidente, demais membros da mesa e fiscais, esclarecendo-se o motivo da eventual falta de qualquer assinatura.

Art. 90 – Em caso de urna anulada, se o número de votos desta for superior à diferença entre as duas chapas mais votada não haverá proclamação de eleitos pela mesa apuradora, sendo realizada a votação suplementar no prazo máximo de 15 (quinze) dias, circunscrito aos eleitores constantes da lista de votação da urna correspondente.

Art. 91 - Em caso de empate entre as chapas mais votadas, realizar-se-á nova votação no prazo de 15 (quinze) dias, limitada a eleição às chapas em questão.

SEÇÃO XVII

DAS NULIDADES

Art. 92 - Será anulada a eleição, pela maioria da Comissão Eleitoral mediante recurso normatizado nos termos deste Estatuto, quando:
I - Realizada em dia, hora e local adverso dos designados no edital;
II - Realizada ou apurada perante mesa não constituída de acordo com o estabelecido neste estatuto;
III - Preterida qualquer formalidade essencial estabelecida neste Estatuto;
IV - Não for observado qualquer um dos prazos essenciais constantes deste Estatuto.

Art. 93 - Será anulada a eleição quando ocorrer vício que comprometa sua legitimidade, importando prejuízo a qualquer candidato ou chapa concorrente.
Parágrafo único: A anulação do voto não implicará na anulação da urna em que a ocorrência se verificar, nem a anulação da urna importarão na da eleição.

Art. 94 - Não poderá a nulidade ser invocada por quem deu causa nem aproveitará ao seu responsável.

Art. 95 - Anuladas as eleições, outras serão convocadas no prazo de 15 (quinze) dias a contar da publicação do despacho anulatório, ficando o mandato vigente prorrogado por 90 (noventa) dias.

SEÇÃO XVIII
DOS RECURSOS

Art. 96 - Qualquer chapa concorrente poderá interpor junto à Comissão Eleitoral recursos contra os resultados das eleições, na sede do sindicato, no horário de funcionamento normal estabelecido para a mesma, nunca fora desse local nem desse horário, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar do momento da declaração do resultado da votação pela referida Comissão.

Art. 97 - O recurso deverá ser dirigido e entregue à Comissão Eleitoral, em duas vias contra recibo.

Art. 98 - Protocolado o recurso, cumpre à Comissão Eleitoral anexar a primeira via ao protocolo eleitoral e encaminhar ao recorrido a segunda via em até 24 (vinte e quatro) horas, contra recibo, o qual terá 48 (quarenta e oito) horas para apresentar sua defesa.

Art. 99 - Findo o prazo estipulado no artigo anterior, recebida ou não a defesa do recorrido, e estando devidamente instruído o processo, a Comissão deverá proferir sua decisão em até 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 100 - O recurso não suspenderá a posse dos eleitos, salvo se provido e comunicado oficialmente ao Sindicato antes da posse.

3º Cartório Judiciário Curitiba Paraná

Art. 101 - Os prazos constantes dessa seção serão computados excluindo os dias do começo e incluindo o do vencimento, que será prorrogado para o primeiro dia útil se o vencimento cair em sábado, domingo ou feriado.

SEÇÃO XIX
DISPOSIÇÕES ELEITORAIS FINAIS

Art. 102 - À Comissão Eleitoral incube organizar o processo eleitoral que ficará à disposição dos associados para consulta, mediante requerimento, devendo ter às seguintes peças:
1 - Edital de convocação da assembléia geral extraordinária para a eleição da Comissão Eleitoral;
2 - Ata da assembléia que elegeu a Comissão Eleitoral;
3 - Cronograma eleitoral aprovado pelo conselho deliberativo e respectiva comunicação à Comissão Eleitoral;
4 - Edital de convocação das eleições;
5 - Cópias dos requerimentos de registros de chapas;
6 - Edital de publicação das chapas inscritas;
7 - Lista dos eleitores;
8 - Expediente relativo à composição das mesas eleitorais;
9 - Lista de votantes;
10 - Atas dos trabalhos eleitorais;
11 - Exemplar da cédula única;
12 - Impugnações, recursos e defesas;
13 - Resultados da eleição;
14 - Ata de posse da chapa eleita.

Art. 103 - A posse dos eleitos ocorrerá no espaço de tempo compreendido entre a publicação do resultado da eleição e o término do mandato vigente.
Parágrafo 1º - Cabe ao Conselho Deliberativo definir a data, a hora e o local da posse;
Parágrafo 2º - O início da posse da Direção marca o fim do mandato e o início do mandato da Direção Eleita;
Parágrafo 3º - A posse será efetuada pela Comissão Eleitoral ou pela Federação estadual na qual o SINTRAF seja filiado, que registrará o termo de posse assinado pelos eleitos e a ata de posse;
Parágrafo 4º - Os candidatos eleitos para a Direção Executiva (efetivos e suplentes) e para o Conselho Fiscal (efetivos e suplentes) ao serem empossados nos seus respectivos cargos, estarão automaticamente empossados no Conselho Deliberativo.

Art. 104 - Caso as eleições não sejam convocadas ou realizadas nos prazos previstos neste Estatuto, 10% (dez por cento) dos associados em gozo dos direitos sociais poderá requerer a convocação de uma Assembléia Geral Extraordinária, para eleição de uma Junta Administrativa, que terá a incumbência de administrar o Sindicato, convocar e fazer acontecer as eleições no prazo de 90 (noventa) dias, obedecidos os preceitos contidos neste Estatuto.

Cartório Judiciário Currais Novos / RN

CAPÍTULO VII

DO ABANDONO DE FUNÇÃO, DA PERDA DO MANDATO, DA VACÂNCIA, DAS SUBSTITUIÇÕES E DAS LICENÇAS

SEÇÃO I
DO ABANDONO DE FUNÇÃO

Art. 105 - Considera-se abandono de função quando seu ocupante deixar de comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, sem justo motivo e/ou ausente-se de seus afazeres sindicais, por um período superior a 120 (cento e vinte) dias sem justificar-se ao Conselho Deliberativo:
Parágrafo 1º - As reuniões referidas no caput deste artigo deverão ser convocadas por ofício entregue e protocolado aos exercites de cargos no prazo mínimo de 03 (três) dias antes das reuniões;
Parágrafo 2º - A justificativa da ausência deve ser encaminhada, por escrito, à respectiva instância na qual o justificante exerça o cargo;
Parágrafo 3º - Este artigo refere-se aos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

SEÇÃO II
DA PERDA DO MANDATO

Art. 106 - Os membros da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal perderão o mandato nos seguintes casos:
01 - Malversação ou dilapidação do patrimônio social;
02 - Não cumprimento das determinações deste Estatuto.
Parágrafo único - O Conselho Deliberativo deliberará sobre perda de mandato do dirigente enquadrado neste artigo, salvo o recurso, no prazo de 15 (quinze) dias, à Assembléia Geral. O recurso interposto terá efeito suspensivo até o julgamento definitivo da Assembléia Geral.

SEÇÃO III
DA VACÂNCIA

Art. 107 - A vacância do cargo será declarada nas hipóteses de:
01 - Abandono de função;
02 - Renúncia do exerceste;
03 - Perda do mandato;
04 - Falecimento.

Art. 108 – Toda e qualquer vacância de cargo será declarada pelo Conselho Deliberativo em reunião ordinária ou extraordinária.
Parágrafo Único - A vacância do cargo por renúncia do ocupante será declarada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após apresentada a respectiva carta de renúncia à Diretoria Executiva.

3º Cartório Judiciário - Currais Novos / RN

SEÇÃO V
DAS SUBSTITUIÇÕES

Art. 109 - Na ocorrência da vacância em cargos efetivos da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal o Conselho Deliberativo por aprovação de ¾ (três quartos) dos seus membros indicará entre os suplentes o(s) respectivo(s) membro(s) que passará (ao) a exercer o(s) respectivo(s) A cargos(s) vagos(s).
Parágrafo 1º - Não havendo a aprovação de ¾ (três quartos) dos membros do Conselho Deliberativo a decisão será levada à Assembléia Geral;
Parágrafo 2º- O Conselho Deliberativo convocará Assembléia Geral Extraordinária para eleger e preencher os cargos vagos na suplência da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

SEÇÃO V
DAS LICENÇAS

Art. 110 - É garantido ao membro da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal o direito à licença temporária do exercício do cargo que exerce nos seguintes casos:
01 - Para candidatura e exercício de mandato eletivo municipal, estadual ou federal;
02 - Para candidatura e exercício em mandato classista em Federação, Confederação e Central Sindical que o Sindicato é filiado;
03 - Para licença maternidade;
04 - Para tratamento de saúde do dirigente ou pessoa de sua família;
05 - Em outros casos aprovados por 1/3 (um terço) dos membros do Conselho Deliberativo.
Parágrafo 1º - O período da licença deve coincidir com o motivo e os objetivos da licença;
Parágrafo 2º - Cabe ao Conselho Deliberativo apreciar a necessidade da substituição temporária ao dirigente licenciado na forma deste artigo;
Parágrafo 3º - Nos casos de substituição temporária nos cargos da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal o Conselho Deliberativo indicará entre os suplentes da respectiva instância o substitutivo temporário ao dirigente licenciado, para o período da respectiva licença.

CAPITULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 111 - Serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos neste Estatuto.

Art. 112 - Os casos omissos neste Estatuto serão apreciados pelo Conselho Deliberativo, salvo recurso à Assembléia Geral.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 113 - A reforma do presente Estatuto, no todo ou em parte, poderá ser procedida em Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, respeitadas as determinações destes estatutos, tendo presença de no mínimo 30% (trinta por cento) dos associados em dia.

CAPITÚLO X
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 114 - Na Assembléia Geral de Fundação, será eleita a primeira Diretoria Executiva composta de 06 (seis) Diretores Efetivos, sendo: Presidente (a), Coordenador (a) de Secretaria e Organização, Coordenador (a) de Finanças e Administração, Coordenadora de Mulheres, Coordenador (a) de Juventude e Coordenador (a) de Terceira Idade; e 03 (três) Suplentes da diretoria. Também será eleito o primeiro Conselho Fiscal com 03 (três) Membros Efetivos e 03 (três) Membros Suplentes. Todos eleitos para um mandato de 04 (quatro) anos, iniciando-se no dia 26 de Novembro de 2011, à 26 de Novembro de 2015.

Parágrafo Único - Durante a Assembléia Geral de Fundação, será dado o prazo de até 30 (trinta) minutos que antecedem a discussão do item eleição da Diretoria e Conselho Fiscal, para os presentes apresentarem propostas de chapas que concorrerão aos cargos de direção, não havendo proporcionalidade no preenchimento dos cargos.

Art. 115 – Este estatuto entra em vigor na data de sua aprovação em Assembléia Geral de Fundação.

Lagoa Nova/RN, 26 de novembro de 2011.

Maria do Socorro Santos Silva	**Maria Magnólia dos Santos Araújo**	Dr. Fábio Aurélio Burcão
CPF 655.059.484-72	CPF 074.384.874-82	OAB
Presidenta do SINTRAF	Coordenadora de Secretária de organização do SINTRAF	Advogado

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO
Registro Civil das Pessoas Jurídicas
Rua João Alfredo, 360 - Centro
Tele-Fax: 084-431-1244
APRESENTADO hoje para registro, apontado sob o nº. 160 do livro de Protocolo
REGISTRADO sob o nº 846 livro A-VII, fls 168 a 192
O QUE CERTIFICO
Currais Novos-RN, 23 de DEZEMBRO de 2011
Jostan Francisco de Oliveira
Oficial de Registro

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE
Selo de Autenticidade
ANOREG-RN
ATO REGISTRAL/NOTARIAL
ABI 08325-6

CARTÓRIO DE OLIVEIRA
TERCEIRO OFÍCIO DE NOTAS
CURRAIS NOVOS - RIO GRANDE DO NORTE
RUA JOÃO ALFREDO, 360 - CENTRO
FONE-FAX: (84) 3431-1244

CARTÓRIO MADEIRA
3º OFÍCIO DE NOTAS
CURRAIS NOVOS-RIO GANDE DO NORTE

JOATAN FRANCISCO DE OLIVEIRA, Oficial do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, por nomeação legal, na forma da lei, etc.

C E R T I D Ã O

CERTIFICO, a pedido verbal de parte interessada, para fins de direito e em razão do meu ofício, que revendo neste Cartório, consta que **nesta data**, foi Protocolado sob o nº **159 e** registrado no livro **A-XXVII,** Registro Civil das Pessoas Jurídicas, às fls. **165/167** , sob o numero de ordem **845**, a Ata da Assembléia Geral de Dissociação e Fundação do **SINDICATO DOS TRABALHDORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE LAGOA NOVA-RN,** com sede no município de Lagoa Nova-RN.

O referido é verdade; dou fé.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE
Selo de Autenticidade
ANDREG-RN
CERTIDÃO
ABA 004916

Currais Novos, 23 de dezembro de 2011.

Joatan Francisco de Oliveira
Oficial do Registro

CARTÓRIO MADEIRA
TERCEIRO OFÍCIO DE NOTAS
CURRAIS NOVOS - RIO GRANDE DO NORTE
RUA JOÃO ALFREDO, 360 - CENTRO
FONE-FAX: (84) 3431-1244

CARTÓRIO MADEIRA
3º OFÍCIO DE NOTAS
CURRAIS NOVOS-RIO GANDE DO NORTE

JOATAN FRANCISCO DE OLIVEIRA, Oficial do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, por nomeação legal, na forma da lei, etc.

C E R T I D Ã O

CERTIFICO, a pedido verbal de parte interessada, para fins de direito e em razão do meu ofício, que revendo neste Cartório, consta que **nesta data**, foi Protocolado sob o nº **159 e** registrado no livro **A-XXVII,** Registro Civil das Pessoas Jurídicas, às fls. **165/167** , sob o numero de ordem **845**, a Ata da Assembléia Geral de Dissociação e Fundação do **SINDICATO DOS TRABALHDORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE LAGOA NOVA-RN,** com sede no município de Lagoa Nova-RN.

O referido é verdade; dou fé.

Currais Novos, 23 de dezembro de 2011

Joatan Francisco de Oliveira
Oficial do Registro

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE
Selo de Autenticidade
ANDREG-RN
CERTIDÃO
ABA 004916

CARTÓRIO MADEIRA
TERCEIRO OFÍCIO DE NOTAS
CURRAIS NOVOS - RIO GRANDE DO NORTE
RUA JOÃO ALFREDO, 360 - CENTRO
FONE-FAX: (84) 3431-1244

Ofício Único do Município de Lagoa Nova
Rua Nozinho Felipe, 56, Centro - CEP 59390-000
(84) 3437-2654

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi exibido
Selo Digital: RN20250095257001516SORU
Confira a autenticidade em http://selodigital.tjrn.jus/selo
27 de Outubro de 2025 - 10:18:57
JAEDSON JOSE DOS SANTOS
AUXILIAR DE CARTÓRIO
BA 1013901

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
COMARCA DE CURRAIS NOVOS
OFÍCIO ÚNICO EXTRAJUDICIAL DE LAGOA NOVA

CERTIDÃO ATÉ DEZ ANOS DO REGISTRO DE RCPJ

CERTIFICO que, a requerimento verbal de parte interessada, para fins de direito e em razão do meu ofício, revendo os arquivos desta Serventia Ofício Único de Lagoa Nova/RN, constatei a **existência do registro em RCPJ** do **Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar e Lagoa Nova/RN - SINTRAF**, sob **Registro nº 08 no livro A-1-RCPJ, fls. 168-197** em **25/04/2017**, apontado no Protocolo Livro A-1, sob o nº de ordem 015 em 25/04/2017, os atos transportados do 1º Cartório de Notas de Currais Novos/RN, conforme Certidão de Inteiro Teor, expedida em 12/04/2017, que menciona o registro do Estatuto e também a respectiva averbação da Ata da assembleia geral de fundação.

CERTIFICO constar no **R-2** no **Registro nº 08**, o registro do Estatuto Social datado de 20/07/2018, feito no **Livro A-6-RCPJ, fls. 232/258** em **26/07/2018.**

CERTIFICO constar no **AV-3** no Registro nº 08, averbação feita no **A-6-RCPJ, fls. 259/263** em **26/07/2018**, do arquivamento da Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada aos 20 dias do mês de julho de 2018, para deliberarem sobre a reforma do estatuto social, por solicitação do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

CERTIFICO constar no **AV-4** no Registro nº 08, averbação feita no **Livro A-14-RCPJ, fls. 174/181** em **24/09/2025**, do arquivamento da Ata de Assembleia Geral Extraordinária para Eleição e Posse e Renovação da Diretoria Executiva do SINTRAF/LN, realizada aos 26 de janeiro de 2020, para um mandato de quatro anos, de 26/01/2020 a 26/01/2024.

CERTIFICO constar no **AV-5** no Registro nº 08, averbação feita no **Livro A-14-RCPJ, fls. 182/189** em **23/09/2025**, do arquivamento da Ata de Assembleia Geral Extraordinária para Eleição e Posse e Renovação da Diretoria Executiva do SINTRAF/LN, realizada aos 27 de janeiro de 2024, para um mandato de quatro anos, de 27/01/2024 a 27/01/2028.

Nada mais continha o referido assento.
O referido é verdade, dou fé.

Lagoa Nova/RN, 29 de setembro de 2025.

Jaedson José dos Santos
Escrevente autorizado

Poder Judiciário do RN
Selo Digital de Fiscalização
Normal
RN20250095257OD14022JCG
Confira em: https://selodigital.tjrn.jus.br/

CARTÓRIO ÚNICO EXTRAJUDICIAL DE LAGOA NOVA/RN
Rua Nozinho Felipe, 56 – Centro – Lagoa Nova/RN – CEP: 59390-000
Telefone e WhatsApp: (84) 99846-1698 – e-mail: oficiounicolagoanovarn@hotmail.com

TA000076992

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

EMENTA – Torna Utilidade pública – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Lagoa Nova - SINTRAF – Legalidade - Aprovação da matéria.

PARECER DO RELATOR

Cuida a presente análise sobre o Projeto de Lei n° 012/2026, de autoria do Vereador Edilberto das Neves de Oliveira, que "DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE LAGOA NOVA - SINTRAF", remetida a esta comissão para análise e parecer.

Em análise detalhada ao referido Projeto de Lei, constata-se que o mesmo preenche os requisitos legais do Art. 13, I, da Lei Orgânica Municipal, bem como do Art. 103, I, c/c o Art. 104, §1º, I, do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

O projeto elaborado tem como objetivo o reconhecimento de utilidade pública municipal do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Lagoa Nova - SINTRAF, com sede neste Município de Lagoa Nova (RN), por se tratar de uma entidade juridicamente e legalmente constituída, conforme faz prova documentação anexada.

Justificando, ainda, por tratar-se de um sindicato de importante classe trabalhadora do Município, bem como na proteção da agricultura familiar, com base importante neste Município.

Ademais, o Projeto de Lei encontra-se com os constitutivos, associativos e de registro do supracitado sindicato, não existindo, pois, impedimento legal ao trâmite do presente projeto.

Isto posto, opina-se pela aprovação do Projeto, reconhecendo de utilidade pública o referido sindicato, nos termos estabelecidos.

É o parecer.

Plenário "José Jerônimo da Silva", da Câmara Municipal de Lagoa Nova/RN, em 07 de abril de 2026.

Vereador Matheus Manoel de Medeiros (MDB)
Relator

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Recebemos do Relator o parecer sobre o Projeto de Lei n° 012/2026, de autoria do Vereador Edilberto das Neves de Oliveira, que "DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE LAGOA NOVA - SINTRAF", remetida a esta comissão para análise e parecer.

A Comissão reunida e em análise detalhada da matéria, resolveu acompanhar o voto do Relator, tendo em vista que a mesma se encontra dentro dos parâmetros constitucionais, das técnicas legislativas e da juridicidade.

Ante o exposto, opina-se pela aprovação do Projeto de Lei, do que diz respeito à legalidade, nos termos estabelecidos.

Remeta-se ao plenário para apreciação meritória.

Lagoa Nova (RN), 7 de abril de 2026.

Vereador João Alves Galvão Júnior (UNIÃO BRASIL)
Presidente

Vereador Fagner Robson Guimarães (REPUBLICANOS)
Membro

Vereador Matheus Manoel de Medeiros (MDB)
Relator

Av. Dr. Silvio Bezerra de Melo, 368, Centro – Lagoa Nova/RN – CEP: 59390-000
Telefone: (84) 99933-6394 – E-mail: camaramunicipalln@yahoo.com.br
C.G.C (MF) 10.727.329/0001-02

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

8ª REUNIÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

DATA: 07/04/2026

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PRESIDENTE: VEREADOR JOÃO ALVES GALVÃO JUNIOR
RELATOR: VEREADOR MATHEUS MANOEL DE MEDEIROS
MEMBRO: VEREADOR FAGNER ROBSON GUIMARÃES

MATÉRIA EM APRECIAÇÃO:

[X] **PROJETO DE LEI Nº 012/2026**
[ ] PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº
[ ] PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº
[ ] EMENDA Nº

AUTORIA:

[ ] PODER EXECUTIVO
[X] **PODER LEGISLATIVO – VER. EDILBERTO DAS NEVES DE OLIVEIRA**

"Declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Lagoa Nova – SINTRAF."

PARECER DO RELATOR:

[X] FAVORÁVEL E PELA ADMISSIBILIDADE NA ÍNTEGRA
[ ] FAVORÁVEL E COM APRESENTAÇÃO DE EMENDA
[ ] DILIGENCIAR INFORMAÇÕES
[ ] CONTRÁRIO

Relator

VOTOS DOS INTEGRANTES DA COMISSÃO SOBRE O PARECER DO RELATOR:

[X] SIM [ ] NÃO - [X] SIM [ ] NÃO

Presidente

Membro

Av. Dr. Silvio Bezerra de Melo, 368, Centro – Lagoa Nova/RN – CEP: 59390-000
Telefone: (84) 99933-6394 – E-mail: camaramunicipalln@yahoo.com.br
C.G.C (MF) 10.727.329/0001-02

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

5ª REUNIÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

DATA: 07/04/2026

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO, MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA

PRESIDENTE: VEREADOR MARINALVO VICENTE DA SILVA LIMA
RELATOR: VEREADOR ANTONIO DOMINGOS SOARES
MEMBRO: VEREADOR PAULO EDUARDO GUIMARÃES

MATÉRIA EM APRECIAÇÃO:

[X] **PROJETO DE LEI Nº 012/2026**
[ ] PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº
[ ] PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº
[ ] EMENDA À LEI ORGANICA Nº

AUTORIA:

[ ] PODER EXECUTIVO
[X] **PODER LEGISLATIVO – VER. EDILBERTO DAS NEVES DE OLIVEIRA**

ASSUNTO:

"Declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Lagoa Nova – SINTRAF."

PARECER DO RELATOR:

[X] FAVORÁVEL E PELA ADMISSIBILIDADE NA ÍNTEGRA
[ ] FAVORÁVEL E COM APRESENTAÇÃO DE EMENDA
[ ] DILIGENCIAR INFORMAÇÕES
[ ] CONTRÁRIO

Antonio Domingos Soares
Relator

VOTOS DOS INTEGRANTES DA COMISSÃO SOBRE O PARECER DO RELATOR:

[X] SIM [ ] NÃO - [X] SIM [ ] NÃO

Presidente

Membro

Av. Dr. Silvio Bezerra de Melo, 368, Centro – Lagoa Nova/RN – CEP: 59390-000
Telefone: (84) 99933-6394 – E-mail: camaramunicipalln@yahoo.com.br
C.G.C (MF) 10.727.329/0001-02